

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE -
MESTRADO**

LUCAS FRUET GIL

**TURISMO DE AVENTURA EM OSÓRIO, RIO GRANDE DO SUL:
UMA POSSIBILIDADE PARA CONSOLIDAÇÃO DE UM DESTINO**

CAXIAS DO SUL

2016

LUCAS FRUET GIL

**TURISMO DE AVENTURA EM OSÓRIO, RIO GRANDE DO SUL:
UMA POSSIBILIDADE PARA CONSOLIDAÇÃO DE UM DESTINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora Prof.^a Dr. Rosane Maria Lanzer

CAXIAS DO SUL

2016

G463t Gil, Lucas Fruet

TURISMO DE AVENTURA EM OSÓRIO RIO GRANDE DO SUL:
UMA POSSIBILIDADE PARA CONSOLIDAÇÃO DE UM DESTINO /
Lucas Fruet Gil. – 2016.

93 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2016.

Orientação: Rosane Maria Lanzer.

I. Turismo de Aventura. 2. Litoral Norte. 3. Osório RS. I. Lanzer,
Rosane Maria, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UCS com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

“Turismo de aventura em Osório, Rio Grande do Sul: uma possibilidade para consolidação de um destino”

Lucas Fruet Gil

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 07 de outubro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosane Maria Lanzer (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Luciene Jung de Campos
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Ricardo Rodrigo Rech
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Leila, pela confiança e suporte que sempre me proporcionou. Ao meu pai, Erni, pelo diálogo aberto, sempre acreditando e apoiando minhas decisões. Agradeço a minha irmã e sobrinha, Francine e Naomi, por me fortalecer em momentos importantes, sempre com energias positivas.

Agradeço a Renata pela companhia, paciência e inspiração durante este período de mestrado.

Agradeço a todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, em especial aos professores: Dra. Marcia Maria Capellano dos Santos, Dr. José Carlos Köche, Dra. Susana de Araújo Gastal, Dra. Suzana Maria de Conto, Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César, Dr. Sílvio Luiz Gonçalves Vianna, Dra. Vania Beatriz Merlotti Heredia, Dra. Luciene Jung de Campos, Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista. Agradeço ao professor Dr. Ricardo Rodrigo Rech pelas contribuições durante a qualificação desta pesquisa. Aos colegas de todas as turmas.

Agradeço a toda a equipe do Projeto Lagoas Costeiras 3, pelo suporte a este estudo e pelas inesquecíveis saídas a campo. Ao professor Dr. Alois Eduard Schäfer, por me permitir fazer parte da equipe do projeto.

Agradeço, especialmente, à minha orientadora professora Dra. Rosane Maria Lanzer, pela paciência e fundamental contribuição para a construção deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação foi realizada junto ao Projeto Lagoas Costeiras 3, patrocinado pela Petrobras e desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul (UCS), entre 2014 e 2016. O estudo foi feito por meio de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e teve como objetivo identificar, caracterizar e mapear as atividades do turismo de aventura no município de Osório-RS, dentro de uma perspectiva ambiental. Utilizou-se como técnicas de levantamento de dados visitas de reconhecimento à região, observação *in loco* com registro fotográfico e entrevista com ofertantes do segmento de aventura. As entrevistas foram aplicadas a nove operadoras especializadas em atividades de aventura, foram transcritas, tabuladas e analisadas para interpretação dos resultados. As visitas e observações *in loco* complementaram as informações obtidas pelas entrevistas. Em Osório, foram identificadas 12 modalidades do segmento (*Kitesurf*, *Stand up paddle*, Barco a Vela, *Windsurf*, Canoagem, Planador, *Paraglider*, Paramotor, Asa Delta, *Mountain Bike*, Caminhada em trilhas e Cavalgada). Entre os serviços oferecidos pelas operadoras, 65% são desenvolvidos na água, 20% no ar e 15% na terra. Chegou-se a uma estimativa de 4.060 atendimentos realizados por ano nas operações de aventura em Osório, em sua maioria, oriundos da grande Porto Alegre, Vale do Sinos e Serra Gaúcha. Dos nove entrevistados, oito relataram preocupar-se com a qualidade do ambiente onde realizam suas atividades, dos quais dois realizam ações para sensibilizar seus clientes sobre a conservação dos locais onde as atividades são desenvolvidas. Os resultados indicam a vocação do município para o turismo de aventura, devido sua diversidade de recursos naturais, lagoas, montanha e oceano, além, da presença marcante do vento, possibilitando a prática de 60% das modalidades identificadas. Uma característica marcante para o turismo em Osório é sua posição geográfica, localizada a cerca de 90 km da capital do estado, Porto Alegre, assim como possuir vias de acesso de qualidade o que facilita o deslocamento até o local. Osório possui características geográficas e paisagísticas que poderiam tornar o município um destino turístico de contato com a natureza, priorizando a qualidade de vida por meio do lazer somado ao esporte, saúde e aventura.

Palavras-chave: Turismo de Aventura; Litoral Norte; Osório – RS.

ABSTRACT

This study was conducted at the Coastal Lagoons Project 3, sponsored by Petrobras and developed by researchers at the University of Caxias do Sul (UCS), between 2014 and 2016. The study was done by an exploratory research of qualitative nature. The objective was to identify, characterize and map the adventure tourism activities in the city of Osório-RS, within an environmental perspective. It was used as reconnaissance visits for data collection techniques to the region, on-site observation with photographic records and interviews with offerors segment of adventure. The interviews were applied of nine specialized operators in adventure activities, were transcribed, tabulated and analyzed to interpret the results. The visits and on-site observations complement the information from the interviews. In Osorio, were identified 12 activities (kitesurf, stand up paddle, boat sailing, windsurfing, canoeing, glider, paraglider, parafly, hang gliding, mountain biking, hiking trails and horseback riding). Among the services offered by operators, 65% are developed in water, 20% air and 15% on earth. It was estimated 4.060 attendances per year in adventure operations in Osório, coming from Porto Alegre, Vale dos Sinos and Serra Gaucha. Of the nine respondents, eight reported to worry about the quality of the environment where they perform their activities. Two operators take actions to educate their customers about the conservation of the sites where the activities are developed. The results indicate the city's potential for adventure tourism due to its diversity of natural resources, lakes, mountain and ocean. In addition, receiving enough wind allowing practice 60% of the identified activities. A striking feature for tourism in Osório is its geographical position, located about 90 km from the state capital, Porto Alegre. It also has quality access roads which facilitates transportation to the site. Osório has geographical and landscape features that could make the city a tourist destination. Promoting contact with nature, prioritizing the quality of life through leisure added to sport, health and adventure.

Key-words: Adventure Tourism; North Coast; Osório - RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cronologia do Turismo de Aventura no Brasil.....	21
Figura 2 – Sistema de normatização para o Turismo de Aventura.....	22
Figura 3 – Localização do Município no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.....	31
Figura 4 – Etapas do levantamento de dados sobre o turismo de aventura em Osório, Rio Grande do Sul.....	33
Figura 5 – Escolaridade dos entrevistados, ofertantes de turismo de aventura em Osório, RS.....	35
Figura 6 - Motivações referidas pelos operadores para escolha do segmento de aventura em Osório, Rio Grande do Sul.....	37
Figura 7 – Relação de entrevistados e modalidades oferecidas em Osório, RS.....	38
Figura 8 - Modalidades de turismo de aventura oferecidas em Osório/RS e o número de operadoras que as desenvolvem, no período do estudo entre 2015 e 2016.....	39
Figura 9 – Locais onde são desenvolvidas as modalidades de aventura ofertadas no município de Osório, RS.....	40
Figura 10 - Influência dos ventos nas modalidades do segmento da aventura ofertadas no município de Osório, RS.....	42
Figura 11 – Praticantes de <i>Kitesurf</i> na Lagoa do Palmital, Osório, RS.....	43
Figura 12 – Imagem da remada ecológica do <i>Stand up paddle</i> Festival, realizado na Lagoa do Peixoto, Osório, RS.....	43
Figura 13 – Barco a vela as margem da Lagoa dos Barros, Osório, RS.....	44
Figura 14 – Vela de <i>windsurf</i> as margens da Lagoa dos Barros, Osório, RS.....	45
Figura 15 – Caiques estacionados as margens da Lagoa das Malvas em Osório, RS.....	45
Figura 16 – Recorte de um folder de divulgação da escola de aviação civil de Osório, RS.....	46
Figura 17 – Rampa Nordeste de voo livre em Osório, RS.....	47
Figura 18 – Infraestrutura na Rampa Sul de vôo livre em Osório, RS.....	47
Figura 19 – Decolagem de um voo duplo de paramotor às margens da Lagoa da Pinguela, Osório, RS.....	48

Figura 20 – Sinalização alertando para a prática de <i>Mountain Bike</i> no Morro da Borússia em Osório, RS.....	49
Figura 21 – Praticantes do turismo equestre nas proximidades da lagoa das Malvas em Osório, RS.....	50
Figura 22 - Distribuição dos meios de divulgação utilizados pelas operadoras de turismo de aventura em Osório, RS.....	50
Figura 23 – Distribuição das operadoras do segmento da Aventura por número aproximado de clientes atendidos por ano em Osório, RS.....	51
Figura 24 - Perfil e motivação das pessoas que buscam os serviços de aventura no ar em Osório, RS.....	57
Figura 25 - Perfil e motivação das pessoas que buscam os serviços de aventura na água em Osório, RS.....	58
Figura 26 - Caracterização dos serviços de aventura na terra em Osório, RS.....	59
Figura 27 – Placas indicativas de balneabilidade na Lagoa do Peixoto em Osório: imagem da esquerda, condição imprópria para banho (09/01/2015); imagem da direita, condição própria para banho (26/01/2015).....	61
Figura 28 –Preocupações com a qualidade ambiental e a realização de ações de sensibilização pelas operadoras de turismo de aventura em Osório, RS.....	63
Figura 29 – Imagem aérea da Lagoa do Marcelino e da zona urbana de Osório, RS.....	65
Figura 30 – Imagem aérea da região, onde se pode observar a Serra Geral, o complexo lagunar e o Oceano Atlântico, Litoral Norte do Rio Grande do Sul.....	68
Figura 31 – Imagem aérea do Complexo de Energia Eólica, Osório, RS.....	68
Figura 32 – Encosta da Serra Geral e Lagoa da Pinguela, um exemplo das paisagens naturais encontradas no município de Osório, RS.....	69
Figura 33 – Identificação das principais rodovias de acesso ao município de Osório, RS.	70
Figura 34- Antigo porto lacustre da Lagoa do Marcelino, Osório, RS.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Associação entre atividades de aventura e ambientes.....	19
Quadro 2 – Modalidades de aventura: atividades no ar	23
Quadro 3 - Modalidades de aventura: atividades na terra.....	24
Quadro 4 - Modalidades de aventura: atividades na água.....	25
Quadro 5 – Legislação Ambiental associada à prática do Turismo de Aventura.....	26

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACA	<i>American Canoe Association</i>
ANA	Agência Nacional das Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
CBVL	Confederação Brasileira de Voo Livre
CDS	Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável
CMDS	Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IKA	<i>International Kiteboarding Association</i>
IQA	Índice de Qualidade da Água
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não Governamentais
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RS	Rio Grande do Sul
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
TA	Turismo de Aventura
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UICN	União Internacional para a Conservação de Natureza
VAE	Varig Aero Esporte
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1	O SER HUMANO E A NATUREZA	4
2.1.1	Poluição e riscos a saúde	7
2.3	O TURISMO E A NATUREZA	12
2.4	O TURISMO E A AVENTURA.....	15
2.5	LAZER, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE.....	26
3.	MÉTODO.....	30
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	30
3.2	PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	31
3.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	34
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
4.1	PERFIL E MOTIVAÇÕES DOS OFERTANTES.....	35
4.2	CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E MODALIDADES	38
4.2.1	Modalidades realizadas na água	42
4.2.2	Modalidades realizadas no ar	46
4.2.3	Modalidades realizadas na terra.....	48
4.2.4	Meios de divulgação dos ofertantes	50
4.2.5	Medidas de segurança.....	52
4.2.6	Cooperação entre os ofertantes.....	53
4.3	PERFIL E MOTIVAÇÕES DE QUEM PROCURA A AVENTURA EM OSÓRIO.....	55
4.3.1	Aventureiros do ar.....	55
4.3.2	Aventureiros da água.....	57
4.3.3	Aventureiros da terra.....	58
4.4	QUESTÕES AMBIENTAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O TURISMO E PARA OS RECURSOS NATURAIS DE OSÓRIO	60
4.4.1	Opinião dos ofertantes sobre os recursos naturais	60
4.4.2	Opinião dos ofertantes para o futuro do turismo e dos recursos naturais de Osório.....	64
4.5	OSÓRIO COMO DESTINO DE TURISMO DE AVENTURA	67
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
6.	REFERÊNCIAS.....	77
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OFERTANTES DE TURISMO DE AVENTURA EM OSÓRIO – RS.....	82

1. INTRODUÇÃO

A busca por novas experiências, aliadas ao contato com a natureza, tem aumentado a oferta de novos produtos turísticos. As tendências turísticas mundiais apontam mudanças comportamentais na motivação e perfil do turista contemporâneo, as quais interferem no jeito de pensar, sentir, agir, na concepção de trabalho, família e lazer (ABETA, 2011). Seguindo essas tendências, onde o turista busca sentir e agir em um cenário, se desenvolve o turismo de aventura, segmento crescente em âmbito nacional e internacional. No meio acadêmico, desde a década de 1990, também é foco de investigação científica, existindo publicações em diversas áreas do conhecimento como Turismo, na Educação Física, na Psicologia, na Administração, nas Ciências Sociais, na Medicina.

A aventura, frequentemente, está associada aos ambientes naturais, pois esses oferecem um cenário propício para experiências de risco, desafio e estímulos sensoriais. As atividades físicas também estão associadas à aventura, pois requerem uma ação do indivíduo o que pode maximizar a experiência (SWARBROOKE et al., 2003). Um aspecto relevante, no desenvolvimento do turismo de aventura, é a qualidade ambiental do local onde estas atividades podem ser desenvolvidas. A água, o ar e o solo contaminados podem trazer sérios riscos à saúde das pessoas que praticam atividades em ambientes poluídos, a gestão pública tem a responsabilidade de zelar pela integridade ambiental destes locais.

O planejamento é fundamental nas atividades turísticas, especialmente quando o atrativo principal são os recursos naturais. As atividades turísticas na natureza podem ser benéficas quando visam à sensibilização e conservação do ambiente, todavia também podem ser destrutivas e irreversíveis se desenvolvidas de maneira desordenada (DIAS, 2003). A conservação de atrativos naturais demanda um grande esforço em conjunto dos atores envolvidos com o turismo e demais áreas. As interferências do turismo sobre o meio ambiente natural são inevitáveis e um planejamento adequado pode manter limites aceitáveis de utilização, evitando modificações irreversíveis ao ambiente natural.

A presente dissertação, foi desenvolvida junto ao Projeto Lagoas Costeiras 3, patrocinado pela Petrobras e desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Em suas primeiras edições o Projeto Lagoas Costeiras realizou estudos nas lagoas da costa Sul e Média do Rio Grande do Sul, abrangendo os municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar, na primeira edição, e Cidreira, Balneário Pinhal e Palmares do Sul, na segunda. Nesta terceira edição, o projeto realizou estudos no município de Osório, Litoral Norte, tendo como propósito analisar as

características ecológicas das lagoas, seus diferentes usos e perturbações antrópicas. Assim, buscando fornecer aporte técnico-científico para a melhoria da gestão dos recursos hídricos do município e da região, tendo o turismo como um dos eixos temáticos do projeto.

O município de Osório localiza-se no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, e destaca-se por apresentar uma variedade de recursos naturais, possuindo em seu território 23 lagoas, duas praias litorâneas e a Serra Geral. Além disso, o município possui a presença marcante do vento, onde abriga um Complexo de Energia Eólica e possibilita o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas ao vento (REICHERT; LANZER, 2015). Entre as possibilidades prestadas pelas características geográficas e pelo vento, está seu uso para uma grande diversidade de atividades de aventura na natureza. Este estudo traz informações sobre estas atividades em Osório, tendo por finalidade, fornecer subsídios para o planejamento e gestão desta atividade turística.

Considerando a importância dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano e para sua subsistência econômica, neste caso por meio do turismo de aventura, faz-se importante um estudo sobre como se desenvolvem essas práticas no município. Desta forma, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais são, onde ocorrem e como se desenvolvem as atividades do turismo de aventura no município de Osório?

Assim foram estabelecidos os objetivos específicos: identificar as modalidades de turismo de aventura que são praticadas no município; mapear os locais onde estas são ofertadas; identificar o perfil e motivações dos ofertantes de turismo de aventura em Osório; descrever o perfil e motivações das pessoas que buscam o turismo de aventura na perspectiva dos ofertantes; descrever as perspectivas futuras, dos ofertantes, sobre o turismo e os recursos naturais de Osório.

Com base nessas premissas, este estudo teve por objetivo identificar, mapear e caracterizar as atividades do turismo de aventura no município de Osório, dentro de uma perspectiva ambiental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é composto pelos seguintes subcapítulos: O ser humano e a natureza - que busca contextualizar o desenvolvimento do homem e da sociedade e sua relação com o meio natural; O turismo e a natureza - situando o turismo em ambientes naturais como um fenômeno de grande abrangência social, econômica e ambiental; O turismo e a aventura – dispendo das características, normas e modalidades do segmento; Lazer, qualidade de vida e saúde – refletindo sobre tempo livre e sua relação com a qualidade de vida e a saúde.

2.1 O SER HUMANO E A NATUREZA

Em *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*, de 1871, Darwin propôs uma teoria para a origem dos seres humanos, coerente com sua tese original da evolução. Nos mais de 100 anos após a publicação da teoria de Darwin, um considerável corpo de evidências, na forma de achados arqueológicos, tem se acumulado (KORMONDY; BROWN, 2002). Assim como outras espécies, os seres humanos sobreviveram e prosperaram devido a certas características que os permitiram se adaptar e modificar o meio ambiente para aumentar suas chances de sobrevivência (MILLER, 2007).

De grande importância na formação dos diferentes ambientes cruciais à evolução humana é o fato de que, enquanto esta ocorria, também se processou a deriva continental. A grande separação da grande massa de terra, conhecida como Pangea, iniciou-se entre 180 milhões e 135 milhões de anos e esses movimentos tectônicos resultaram em modificações climáticas, levando a substituição das florestas tropicais e subtropicais por campos e savanas. Os ancestrais arbóreos dos seres humanos, conseqüentemente, poderiam encontrar-se reprodutivamente isolados em florestas que permaneceram espalhadas durante a transição para os campos, assim instituindo-se um cenário para a origem e evolução de novos grupos (KORMONDY; BROWN, 2002).

Segundo Miller (2007), os seres humanos sobreviveram graças ao sucesso de adaptações, como os polegares que se opõem a outros dedos, permitindo agarrar objetos e utilizar ferramentas, a capacidade de andar ereto e um cérebro complexo. Essas adaptações ajudaram a desenvolver tecnologias que ampliaram os sentidos limitados, fabricação de armas e dispositivos de proteção.

O ser humano, cerca de 12 mil anos atrás, caracterizava-se como coletor e caçador, peregrinando de acordo com a necessidade de encontrar alimento para sua sobrevivência.

Desde então, ocorreram três grandes mudanças culturais que modificaram o hábito de vida do homem “[...] a revolução agrícola, a cerca de 10 a 12 mil anos; a revolução industrial-médica, há 283 anos e, por fim, a revolução da informação, a cerca de 55 anos” (SPINELLI et. al., 2016, p.189).

Para Drew (2005) a grande mudança na relação entre homem e os demais seres vivos, ocorreu com a transição da sociedade de caça e coleta (mesolítica) para a agricultura e domesticação de animais (neolítica), marcando a evolução dos seres humanos da condição de animais, para uma força controladora de outros seres.

Com a revolução agrícola, o ser humano passou a fixar-se em locais, buscando dominar a natureza para sua subsistência (SPINELLI et. al., 2016). Quando a sociedade passou da atividade de caça e coleta para o desenvolvimento da agricultura e domesticação de animais, impôs consideráveis mudanças ao ambiente, como alterações nos padrões de distribuição de espécies animais e vegetais e a introdução de espécies exóticas em diferentes ambientes, gerando muitas alterações nos ecossistemas receptores (FERRETI, 2002).

A história da humanidade está repleta de eventos e feitos que demonstram o interesse humano pela natureza, não apenas no seu aspecto exploratório, mas também para os desfrutes pessoais, culturais, psicológicos e espirituais (PIRES, 2002). Conforme o período histórico, a localização e a cultura, as atitudes e relações da sociedade humana com o meio ambiente foram diversas (FERRETI, 2002). O homem aprendeu a “[...] amar e usufruir das formas e funções da natureza que inspirou os mais elevados pensamentos e sentimentos filosóficos, científicos, éticos, morais e religiosos” (MOLINA, 2001, p.23).

Durante o Renascimento, as habilidades para manipular e experimentar se expandiram, contribuindo para um avanço sem igual nas descobertas científicas e suas aplicações. A invenção da imprensa, talvez a mais importante deste período, acelerou o desenvolvimento e a difusão da cultura, o que alavancou a evolução da sociedade. Mas foi durante a Revolução Industrial, que o interesse e crescimento do conhecimento científico levou a explosão de aplicações sistematizadas que afetaram diretamente a vida cotidiana da população. Momento em que surgem a indústria, a fábrica e a oficina, baseadas em inovações tecnológicas que transformam o trabalho, elevam a produção e a rentabilidade, proporcionando melhorias na qualidade de vida (MOLINA, 2001). “A partir da revolução industrial e a necessidade crescente pelo consumo, se sobrepôs os interesses da sociedade, que passou a subjugar a natureza em benefício próprio” (SPINELLI et. al., 2016, p.189).

O ser humano sempre se utilizou de recursos naturais como água, madeira, frutos e outros alimentos extraídos da terra. Os abusos, em um problema de escala significativa,

começaram com a Revolução Industrial, no século XVIII, acentuando-se nos séculos XIX e XX, considerando o aumento populacional como fator complicador (PELLEGRINI, 2000). A sociedade industrial foi o primeiro momento da história do homem, que, baseada em conhecimento científico, efetuou profundas e extensas intervenções nos processos da natureza. A industrialização “[...] constituiu uma forma de organização social que cria grandes e graves riscos para sua própria sobrevivência [...]” (MOLINA, 2001, p.29). Para Drew (2005, p.1) a maneira como o homem ocidental encara seu meio ambiente “deriva em parte da ideia cristão-judaica segundo o qual, ao invés das outras criaturas, o homem foi feito à imagem de Deus, tendo por tanto o direito de dominar o mundo”.

Com o crescimento das cidades e o aumento da população urbana, foram introduzidos novos elementos físicos e químicos na atmosfera, alterando as condições naturais nos ambientes urbanos. Modificações estas, que despertaram interesse científico a partir de meados do século XIX, quando cidades industrializadas, como Inglaterra e França, apresentaram ambientes altamente degradados, levando a problemas de saúde da população (LIMA; PINHEIRO; MENDONÇA, 2012).

A partir da Revolução Industrial, as cidades se expandiram, concentrando as atividades políticas, comerciais e industriais. Formaram-se grandes aglomerados urbanos e industriais, geradores de riqueza e representando uma oportunidade para setores da população que buscavam melhores condições de vida. Esses centros começaram a causar interferências significativas no meio ambiente natural.

O funcionamento das cidades necessita de grandes volumes de energia, proveniente, em sua maior parte, da queima de combustíveis fósseis, como o carvão, o petróleo e o gás natural. Do mesmo modo as cidades precisam de recursos naturais, como água doce, cuja provisão para atender as necessidades suscitadas por seu desenvolvimento equilibrado faz com que, para o século XXI, a falta de água esteja se transformando em um dos desafios mais importantes em médio prazo; [...] (MOLINA, 2001, p.42)

Justificadas por um ideal de desenvolvimento econômico e social, Ferreti (2002) expõe que as áreas urbanas e industriais provocaram a mais profunda modificação humana da superfície da Terra, da atmosfera e do ecossistema terrestre, alterando o relevo, a vegetação, a fauna, a hidrologia e inclusive o clima, modificando todos os aspectos do ambiente. A lógica capitalista acelerou um desenvolvimento tecnológico, processo que fez com que aumentasse a ilusão de controle sobre a natureza pelo homem. Tal atitude provocou e, continua provocando, grandes transformações no ambiente (FERRETI, 2002).

Assim como na Europa, o processo de urbanização no Brasil, também resultou em inúmeros problemas ambientais. Desenvolvendo-se de forma tardia e pouco planejada, a urbanização brasileira teve seu maior crescimento entre os anos de 1950 e 1980, momento em

que o intenso êxodo rural associado ao aumento da população, resultou em grandes e caóticos centros urbanos, evidenciando problemas de ordem socioambiental que interferem, diretamente, na qualidade de vida urbana (LIMA; PINHEIRO; MENDONÇA, 2012).

Diante deste ordenamento da produção econômica mundial e da organização política da sociedade, a acessibilidade a bens de consumo por uma parte significativa da população, levou a uma valorização de necessidades supérfluas. Resultando em um distanciamento das relações entre os seres humanos, e destes para com outros seres da natureza (NEIMAN, 2005). O cotidiano urbano promoveu um grande distanciamento das pessoas com a natureza, “[...] gerações inteiras foram criadas em um meio, onde o ambiente natural é um mero coadjuvante no dia-a-dia” (SPINELLI et. al., 2016, p.189). A “[...] relação do homem com o meio está chegando a uma situação crítica, na medida em que as mudanças por ele realizadas talvez se tornem irreversíveis” (FERRETI, 2002, p.2).

2.1.1 Poluição e riscos a saúde

De acordo com Drew (2005), uma das características da Terra é a interdependência das partes que formam o todo, uma conexão geral, sendo impossível compreender qualquer aspecto isolado sem referência à sua função como parte do conjunto. Embora as atividades de alteração do ambiente, na sua maioria, tenham a intenção de serem benéficas do ponto de vista humano, o grau de inter-relação dos fenômenos naturais leva a mudanças inesperadas. A intensidade dessas alterações depende da tensão aplicada ao sistema pelo homem e ao grau de suscetibilidade à mudança do próprio sistema (DREW, 2005).

A transferência de poluentes de um compartimento ambiental para outro, água solo e ar, ocorrem a partir de processos físicos, químicos e biológicos. Os efeitos de uma substância lançada a um compartimento ambiental podem ser sentidos em outros compartimentos. As substâncias nocivas podem atingir o ambiente por diferentes caminhos. O meio ambiente pode ser contaminado pela produção, pelo consumo ou pelo descarte inadequado de produtos. Os resíduos industriais e da agricultura são fontes reconhecidas no aumento de substâncias químicas poluentes do ambiente (LANZER, 2013).

Segundo Miller (2007) há uma crescente preocupação de que o crescimento exponencial das atividades humanas, como o desmatamento de florestas e a queima de combustíveis fósseis, mudará o clima do planeta. A poluição é qualquer acréscimo ao ar, à água, ao solo ou ao alimento que ameace a saúde, a sobrevivência de seres humanos ou de outros organismos vivos. A maior parte da poluição advinda das atividades humanas ocorre em áreas urbanas e industriais, onde se concentram as fontes de poluição (MILLER, 2007).

No ano de 2007, mais de três bilhões de pessoas no mundo, o que corresponde cerca de 42% da população total, 21% da população urbana e 76% da população rural, dependiam da queima de combustíveis fósseis para suas necessidades de energia e aquecimento (MARKLE; FISHER; SMEGO, 2015).

A urbanização é um aspecto de transição marcante neste século XXI, tratando-se de um fenômeno global e é mais acentuada nos países em desenvolvimento. Entre 1960 e 2010, a população urbana triplicou em todo planeta. Em 2011, entre as 23 cidades com mais de 10 milhões de habitantes, 18 localizam-se em países em desenvolvimento (SANTANA, 2014).

As áreas urbanas e industriais representam a mais profunda modificação humana na superfície da Terra, da atmosfera e do ecossistema terrestre, alterações que espalham-se muito além dos limites urbanos. “Todos os aspectos do ambiente são alterados pela urbanização e industrialização, inclusive o relevo, o uso da terra, a vegetação, a fauna, a hidrologia e o clima” (DREW, 2005, p.177).

Compostos químicos sintéticos possuem um papel central na contaminação ambiental, pois interferem nas populações, comunidades e nos ecossistemas, causando efeitos que alteram as funções biológicas dos organismos. Os efeitos da fixação dessas substâncias no indivíduo podem variar de acordo com fatores internos relacionados com o sistema biológico, como espécie biológica, idade, sexo, constituição genética, estado nutricional e estado patológico (LANZER, 2013).

A carga de doenças relacionadas à água é representada, significativamente, pela maneira com que os recursos hídricos são utilizados e manejados. A agricultura é responsável por cerca de 70% a 90% do uso de água doce no mundo. Questões de saúde “[...] indiretamente associadas ao desenvolvimento de recursos hídricos incluem o *status* nutricional, a exposição a defensivos agrícolas e seus resíduos e acidentes” (MARKLE; FISHER; SMEGO, 2015, p. 23). Para Markle, Fisher e Smego (2015) segundo estimativas, a cada dia, duas toneladas de dejetos humanos e 70% dos resíduos industriais são descartados sem tratamento nos recursos hídricos do planeta, a cada ano, cerca de seis milhões e meio de toneladas de esgoto doméstico, lama, óleo e resíduos industriais são lançados nos oceanos.

Doenças relacionadas à água contaminada e a poluição, causam morbidade e mortalidade em diversas regiões do planeta, principalmente nos grandes centros, onde há maior concentração de substâncias nocivas. A relação, corpo humano e ambiente ocorre através de três vias: a pele, a respiração e o sistema gastrointestinal. Assim, para que uma substância atinja os tecidos do corpo humano, deve passar por uma dessas vias. A ingestão

por alimento ou água contaminado é o caminho mais comum de entrada de substâncias tóxicas no corpo humano (LANZER, 2013).

De acordo com a Agência Nacional das Águas (ANA) (2015), a maior parte dos estados brasileiros, realiza, no mínimo, a análise de nove parâmetros para o cálculo do Índice de Qualidade da Água (IQA), no entanto, parâmetros como clorofila-a e cianobactérias, essenciais para avaliar açudes, reservatórios e lagoas em função dos problemas relacionados a eutrofização, ainda são pouco monitorados no país. A qualidade das águas superficiais brasileiras é pior nos trechos dos corpos hídricos localizados em áreas urbanas, sendo o esgoto doméstico uma grande ameaça nas áreas com maior adensamento populacional. Os investimentos em saneamento básico são essenciais para a melhoria da qualidade das águas e na garantia de saúde para a população (ANA, 2015).

Para Fujimoto et. al. (2006) em estudo realizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, as alterações ambientais mais significativas, foram encontradas na temporada de verão, e referem-se ao abastecimento e qualidade das águas, a balneabilidade das praias, o esgotamento sanitário, a disposição dos resíduos sólidos, moradias irregulares, poluição sonora e poluição visual, desrespeito ao meio ambiente, entre outros.

2.1.2 Movimentos ambientalistas

Com o aumento das informações sobre os problemas ambientais gerados pela poluição, contaminação e destruição de ecossistemas vitais, surgiram, nos anos 1970, os movimentos ambientalistas, contrapondo o sistema econômico aos custos ambientais e sociais do seu desenvolvimento (PIRES, 2002). Movimentos que visaram harmonizar os processos ambientais aos socioeconômicos, alertando ao ideal de desenvolvimento a qualquer custo, que sobrepuja os interesses econômicos em detrimento à preservação da natureza (SPINELLI et. al., 2016).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, foi o primeiro evento de escala mundial, onde foram expostos e discutidos os direitos da humanidade a um ambiente saudável e produtivo. Este evento representou o reflexo de “[...] pressão e mobilização de uma sociedade que despertava para a importância transcendente desse tema e, por isso, firmou-se como um referencial do ambientalismo contemporâneo” (PIRES, 2002, p.48).

A multiplicação de pesquisas, estudos, publicações sobre os temas da ecologia fixou diversos neologismos, marcando uma área de estudo que, além de interdisciplinar e portanto muito diversificada, procurava definir balizas para seu desenvolvimento, com a urgência que a situação parecia exigir. *Agribusiness* ou *Agriecologia*, *Área de Proteção Ambiental* (APA), *Bem Livre*, *Biomassa*, *Chuva Ácida*, *Chuva de Sementes*, *Desenvolvimento Sustentado* ou *Ecodesenvolvimento*, *Empate*, *Fumante Passivo*, *Povos da Floresta*, *Reserva Extrativista*, *Relatório de Impacto Ambiental* (RIMA), derivado do *Estudo de Impacto Ambiental* (EIA), e outros são neosignificantes cujo o uso se divulgou a partir do movimento em defesa do meio ambiente [...] (PELLEGRINI, 2000, p.18)

Esses termos citados por Pellegrini (2000) passaram a frequentar os textos jornalísticos e demais mídias da época, repercutindo nas conversas cotidianas e nos meios acadêmicos, ressoando em grandes preocupações para o futuro da humanidade. Nesse processo, pesquisadores, empreendedores, trabalhadores, consumidores, educadores e demais representantes da sociedade, motivaram-se a buscar alternativas.

Esta contestação influenciou modelos econômicos (gerando novos enfoques, como a valoração ambiental), questões de direito (como a abordagem de direitos difusos), inovações tecnológicas (como os ciclos dos 3Rs - reduzir, reusar e reciclar), gestão pública (como os conselhos de meio ambiente) etc. (DALE, 2005, p.3)

As Organizações Não Governamentais (ONGs) tomaram lugar de destaque na história das lutas ambientais. No início dos anos 1960, um grupo de conservacionistas resolveu criar uma organização que se manteria pela coleta de fundos e procuraria materializar as ideias para a União Internacional para a Conservação de Natureza (UICN). Reunidos em Morges, na Suíça, assinaram um manifesto que se constituiu na base ideológica da *World Wildlife Fund* (WWF) (DIAS, 2003).

Ao longo da década de 1980, no Brasil, surgiu uma série de instituições públicas e de instrumentos jurídicos que buscavam associar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental. Sendo instituída a Política Nacional do Meio Ambiente, a lei 6.938/1981, sancionada pelo presidente João Figueiredo, originou, gradualmente, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Em 1981, a mesma lei definiu novas unidades de Conservação, criando no país as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Estações Ecológicas, nos diversos ecossistemas e biomas brasileiros (STROPPER, 2014).

Como descrito por Stropper (2014), a partir da Constituição Federal de 1988, as políticas ambientais evoluíram no Brasil, sendo delegadas para outras esferas da administração pública (estados e municípios) a competência para formular suas políticas ambientais, fortalecendo os princípios de democratização e descentralização. No início dos anos 1990, o Brasil tomou uma nova posição no sistema internacional, projetando os valores e os interesses do país nas questões ambientais, opondo-se ao posicionamento do Estado

seguido até então. Diversos atos foram adotados, buscando conquistar a confiança externa, movimentos que levaram o país a sediar, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).

Despertada em Estocolmo em 1972, “[...] a agenda ambiental global atingiu seu ponto culminante no Rio de Janeiro, 20 anos depois, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92” (GUIMARÃES; FORTUNA, 2012, p.21). Na Cúpula da Terra, como ficou conhecida, foram lançadas as bases para uma nova concepção de desenvolvimento. Foi na CNUMAD em 1992, que se popularizou o conceito de sustentabilidade, interligando as questões ambientais e de desenvolvimento. A Rio-92 estabeleceu importantes documentos contendo metas e diretrizes para reduzir os danos ao meio ambiente. Para assegurar as propostas estabelecidas na conferência, foi criada uma Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável (CDS) (DIAS, 2003).

No ano de 2002, em Johannesburgo, aconteceu a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), que ficou conhecida como Rio+10. Conferência que teve como objetivo avaliar a situação do meio ambiente global em função das medidas adotadas na Rio 92. Os participantes da CMDS reconheceram que não foram alcançados os objetivos fixados em 1992, e reiteraram que os três pilares inseparáveis de um desenvolvimento sustentável estabelecidos naquela ocasião continuavam sendo: a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico (DIAS, 2003).

No ano de 2012, ocorreu a Rio+20 com o pouco ousado objetivo de renovar os compromissos políticos, firmados anteriormente nas principais cúpulas sobre o tema. Em nítido contraste com as Conferências de Estocolmo em 1972, e no Rio em 1992, a Rio+20 não foi concebida como uma Reunião de Cúpula, mas apenas como uma Conferência de revisão (GUIMARÃES; FORTUNA, 2012).

Apesar do crescimento da consciência ambiental após a Segunda Guerra Mundial, as preocupações com o futuro ainda são insuficientes para mudar o presente. Os novos valores não tomaram força suficiente para alterar o modo de produção e o consumo capitalista. Esse tema diz respeito a todo planeta Terra e seus habitantes. Os governos não cobram uns dos outros, mas os ambientalistas reivindicam com a ciência legitimando seus discursos (NEIMAN, 2002). É necessário reconhecer que o desafio mais importante para o novo Milênio está posto na qualidade do crescimento, e não no incremento puro e simples da produção material da riqueza (GUIMARÃES; FORTUNA, 2012).

2.3 O TURISMO E A NATUREZA

Situando o turismo como um fenômeno de viagem com grande abrangência social e econômica, dentro de uma perspectiva contemporânea, é preciso remeter-se ao contexto surgido pós Segunda Guerra Mundial. A incorporação de processos tecnológicos, para a sociedade civil, nos transportes e na comunicação, e a ascensão de amplos segmentos sociais, que passaram a ter acesso ao consumo de bens e serviços, contribuíram para um rápido desenvolvimento do turismo. Mais especificamente, a grande expansão das viagens ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, o que gerou um crescimento exponencial do turismo (PIRES, 2002).

No final do século XX, de acordo com Dias (2003), o turismo converteu-se em uma das atividades econômicas mais rentáveis e importantes do mundo. O movimento econômico gerado pelo enorme fluxo de pessoas pelo mundo é extraordinário e difícil de ser dimensionado, pois o turismo produz efeitos nos mais diferentes setores produtivos. Para Ruschmann (2001) a prática do turismo é parte integrante do estilo de vida de um número cada vez maior de pessoas em todo o mundo.

O turismo, enquanto atividade econômica desenvolveu-se como um fenômeno de massas, com o deslocamento de um número significativo de pessoas para um determinado lugar, principalmente para regiões costeiras. Num primeiro instante, as características deste turismo não demonstravam com evidência as suas interferências negativas nos ambientes natural e social. Acreditava-se que os hábitos de lazer e de viagens da população dos países ricos, auxiliaria no desenvolvimento econômico dos locais receptivos. Período onde desenvolve uma ideia de turismo triunfante, que substituiria as indústrias altamente poluidoras por uma atividade limpa e não contaminante. Mas em realidade, o turismo constituía-se de forma diferenciada, mas se desenvolvia dentro dos mesmos parâmetros das demais atividades, buscando a geração de renda a qualquer custo ambiental e social (DIAS, 2003).

O turismo, em muitos casos, resultou na deterioração da qualidade de vida humana e do ambiente natural. Lee e Hsieh (2016) indicam que a dimensão das partes interessadas no turismo é relativamente mais importante do que a dimensão do ambiente, os impactos ambientais e culturais do desenvolvimento do turismo, geralmente são avaliados em curto prazo. Diante deste contexto Dias (2003, p.14) afirma que “[...] o turismo moderno é filho legítimo da Revolução Industrial, desta herdou a racionalidade capitalista de consumir os recursos naturais para obtenção de renda”.

A partir do crescimento da crise ambiental e o aumento da consciência ecológica pela população, surge, no final de década de 1980, uma demanda por um tipo de turismo alternativo, contrapondo o até então predominante turismo de massas. Neste período, populações formadas por grupos de alta renda, aumentaram seu interesse por uma qualidade de vida melhor, assim, a tranquilidade da natureza tornou-se um atrativo, sendo o oposto de suas vivências diárias com atividades estressantes (DIAS, 2003).

A sensibilização crescente diante das questões relacionadas com os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais do turismo começa a desembocar em eventos (seminários e encontros internacionais) que se sucedem a partir de meados dos anos 1970. Ao mesmo tempo, buscam-se brechas para reflexão e crítica sobre os impactos negativos da indústria do turismo nos próprios eventos oficiais, como no caso da conferência da OMT de 1980, em Manila, capital das Filipinas. (PIRES, 2002, p.50)

Como qualquer outra atividade, o turismo apresenta aspectos positivos e negativos, que devem ser avaliados, frequentemente, devido a sua dinâmica e intensa capacidade de mudanças. Para Molina (2001), a maioria dos empreendimentos turísticos está baseada em uma plataforma natural, que, com o passar do tempo, determina o seu sucesso ou o seu fracasso.

De acordo com Silva (2010) a atividade turística colabora para a modificação dos espaços, quanto mais intensos forem os fluxos. Em níveis ambientais, a presença ou permanência humana por si só, se faz sentir nesses espaços. Para Ruschmann (2001) as reflexões e discussões sobre os impactos do turismo nas localidades receptoras ocorrem em amplos segmentos envolvidos com viagens turísticas, onde, ao longo dos anos surgiram propostas, aplicadas com relativo sucesso, no sentido de minimizar as interferências negativas e otimizar as positivas.

A prática do turismo não implica, necessariamente, apenas em interferências negativas sobre o meio ambiente, podendo mesmo auxiliar na conservação e valorização do patrimônio ambiental e proporcionando uma maior conscientização aos cidadãos. O desenvolvimento e fiscalização de políticas preventivas e defensoras dos ecossistemas são básicos para o setor do turismo, não se tornando vítima de si próprio (SILVA, 2010).

A conservação de atrativos naturais demanda um grande esforço em conjunto de “[...] turistas, residentes, cientistas, organizações não governamentais, governos, agências de fomento etc, que devem contribuir para um permanente monitoramento dos ecossistemas visitados” (DIAS, 2003, p.18). As interferências do turismo sobre o meio ambiente natural são inevitáveis, tanto positivas quanto negativas. Um planejamento adequado pode manter limites aceitáveis de utilização, evitando modificações irreversíveis ao ambiente natural.

Durante a década de 1980, houve uma renovação no turismo, onde os viajantes buscavam a calma, as aventuras e o conhecimento mais profundo das regiões visitadas, surgindo o turismo de natureza ou turismo ecológico que estabelecia novas relações com as localidades turísticas. Os ambientes naturais e todas suas características tornaram-se lugares de descobertas, de educação e de espírito de aventura, dando origem a um amplo mercado (RUSCHMANN, 2001).

Os alertas ambientais, para a provável escassez dos bens naturais, despertaram em muitas pessoas a necessidade de conhecer os atrativos da natureza, transformando as paisagens em produtos e atraindo novos mercados (NEIMAN, 2005). Com o crescimento do turismo voltado para a natureza, surgiram numerosos negócios, de modo geral de pequeno e médio porte, visando atender essa nova demanda turística. Além disso, houve um aumento pela procura de equipamentos como barracas, mochilas, acessórios para camping, montanhismo, mergulho, entre outros (DIAS, 2003).

Devido às condições de vida dos grandes centros urbanos, uma grande quantidade de pessoas começou a buscar regiões de belezas naturais, tanto para passar suas férias quanto fins de semana (RUSCHMANN, 2001). Para Neiman (2005) a sociedade contemporânea é, quase sempre, carente do contato com a natureza. Ligação que possibilita experimentar velhas emoções e resgatar sentimentos pessoais esquecidos no processo de desenvolvimento da nossa sociedade.

No Brasil, ao final dos anos 1980 e início de 1990, com crescimento dos meios de transporte, principalmente dos automóveis, e devido a um estilo de vida intensamente urbano, notou-se um crescimento na procura por ambientes naturais. Essa busca traduziu-se na intensificação de deslocamentos nos finais de semana e feriados para sítios, fazendas e outros locais em áreas rurais. Despreparadas para essa demanda, as administrações públicas autorizaram empreendimentos em áreas importantes que deveriam ser preservadas como os mananciais e as matas ciliares (DIAS, 2003).

Segundo Lanzer, Ramos e Marchett (2013), em estudo realizado na região litorânea do Rio Grande do Sul, o uso crescente de atividades turísticas nos ambientes naturais da região, sem planejamento, coloca em risco esses ecossistemas, tornando imprescindível a necessidade de zoneamentos que delimitem as áreas prioritárias para conservação e as áreas destinadas às atividades turísticas. Embora os recursos naturais utilizados com fins turísticos tenham gerado e continuam gerando melhoras econômicas para muitas regiões, sua exploração desordenada provoca interferências negativas, que podem acabar com os mesmos recursos naturais que motivaram a demanda turística (DIAS, 2003). De acordo com Carvalho et. al. (2016) para

amenizar os efeitos negativos ao meio ambiente, o turismo depende de planejamento e da integração com a população local, além de optar por atividades turísticas que condizem com a fragilidade do ambiente.

Em razão dessa realidade do turismo, Dias (2003) ressalta a necessidade de construir novas formas de se trabalhar os recursos naturais para fins turísticos, considerando as limitações de uso e as condições necessárias para preservação. Uma forma de sensibilizar para as questões ambientais são os programas de educação ambiental, que podem levar a conscientização de pessoas que vivem do turismo e transformá-las em orientadores de ações corretas para com seus recursos.

Com a expansão do turismo alternativo, contrapondo o turismo de massas, e diante do desejo cada vez maior dos seres humanos de buscar novas experiências e contato com a natureza, cresce gradativamente a oferta e demanda por atividades de aventura.

2.4 O TURISMO E A AVENTURA

No ano de 2009, estimou-se que cerca de 1.600 empresas ofereciam atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura em mais de 200 destinos brasileiros, atendendo a mais de 4,3 milhões de turistas por ano, e gerando um faturamento anual de R\$ 490 milhões de reais (ABETA, 2009).

O tema aventura, atrelado ao campo do turismo, tem atraído atenção da comunidade acadêmica mundial, principalmente após a década de 1990. Hoje pode-se encontrar publicações produzidas, no Turismo, na Educação Física, na Psicologia, nas Ciências Sociais, na Medicina, entre outras fontes. Esse poder transversal do tema se concretiza a cada dia nos crescentes lançamentos editoriais que tem este segmento como o cerne da discussão (UVINHA, 2009). Há um notório crescimento de estudos deste segmento em meio acadêmico por meio de disciplinas específicas em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, ou como tema em dissertações de Mestrado e teses de Doutorado (ABETA, 2011).

Para Swarbrooke et al. (2003) a “aventura” ocorre quando, voluntariamente, os participantes se colocam em uma posição rumo ao desconhecido, onde enfrentarão desafios, buscando, a partir desta experiência, adquirir ou descobrir algo novo. Esta condição se baseia na percepção individual de cada situação, tornando a “aventura” algo subjetivo e singular. “Aventura é um conceito pessoal, baseado mais nas percepções mentais e emocionais dos indivíduos do que nas capacidades físicas” (SWARBROOKE et al., 2003, p.51). Apesar de sua subjetividade, a aventura é resultado de uma ação, não se tratando de uma experiência

passiva, sendo necessário engajamento de ordem física, intelectual, emocional ou espiritual, envolvendo dedicação e esforço (SWARBROOKE et al., 2003).

A aventura é passível de varias interpretações e varia de acordo com a definição que o leitor tem do termo, provoca reações que podem ir do medo ao entusiasmo. A aventura remete a resultados incertos, expectativas, descobertas, o que acontecerá, o desconhecido da conclusão final. A recompensa pelo desafio se relaciona com o benefício da experiência em si, podendo ser uma experiência solitária, de escapismo do ritmo habitual de vida, momento para enfrentar riscos e medos (ABETA, 2009).

Se no meio acadêmico, o Turismo de Aventura já é uma realidade, no *trade* tal segmento já está consolidado, na operacionalização de pacotes temáticos e pela comercialização de produtos (UVINHA, 2009). Nos últimos anos, a aventura passou a ser utilizada para a divulgação de mensagens positivas de vida, indicando a geração de autoestima favorável e de certo *status*. É possível visualizar nos meios de comunicação, o uso da expressão aventura para o comércio de bens e serviços, tais como viagens, carros, seguros de vida, roupas e outros (MARINHO, 2008).

Teoricamente, a aventura pode existir independente do lado da oferta do mercado, pois a separação das atividades que são ou não Turismo de Aventura é dificultada pela natureza subjetiva da aventura. No entanto, numa visão pluralista se reconhece que o mercado cria produtos que atendem os requisitos do segmento e os comercializa como turismo de aventura (SWARBROOKE et al.,2003). Para estes autores, devido à subjetividade da aventura, as atividades e contextos que possibilitam ou abrangem este segmento são infinitas.

Em seu artigo Spink, Aragaki e Alves (2005) descrevem o modelo do *Outward Bound* no País de Gales, Inglaterra, um dos mais antigos empreendimentos comerciais de educação por meio da aventura. O projeto tem por objetivo o treinamento utilizando o corpo, norteado pelos valores da aventura e desafio, aprendizagem por intermédio da experiência, responsabilidade social e ambiental.

A crescente do segmento da Aventura, a procura pelo risco ou por novas experiências, relaciona-se diretamente com os desejos ou necessidades do sujeito contemporâneo. A Psicologia vem estudando o risco desejado como um traço de personalidade que reflete na “busca individual de sensações e experiências novas, variadas e complexas, e a disposição de correr riscos físicos e sociais para a realização dessas experiências” (SPINK; ARAGAKI; ALVES, 2005, p.27). A vertente conhecida como *flow*, corrente associada a Csikszentmihalyi, autor do influente livro *Beyond Boredom and Anxiety*, publicado originalmente em 1975, associa a busca de sensações com a criatividade e com a procura de sentido para a vida, onde

o risco tem efeitos edificantes. No *flow*, a ação e a consciência se fundem, focalizando somente o momento presente, ocasiões onde as pessoas não temem o futuro e nem pensam no passado. Porém, nesta teoria, não se consegue chegar ao estado de *flow*, quando há racionalização dos riscos (SPINK; ARAGAKI; ALVES, 2005).

Apesar de se tratar de duas situações, o Turismo de Aventura e o ‘esporte de aventura’ são próximos, e se sobrepõem em algumas modalidades, diferenciando-se no aspecto da competição. Os assim referidos, esportes de aventura, normalmente, estão ligados a sensações de risco e vertigem, exacerbações controladas das emoções, onde há uma diferenciação destas práticas em relação aos esportes convencionais (BRUHNS, 2003; MARINHO, 2008). Existem algumas terminologias que buscam nomear essas práticas: Esportes Radicais (UVINHA, 2001), Atividades Físicas de Aventura na Natureza (BETRÁN, 2003), Esportes na Natureza (DIAS, 2007), Esportes de Ação (BRANDÃO, 2010), entre outras nomes ou termos. Em suas reflexões, Pimentel (2013, p. 688), cita que nas terminologias “[...] é bastante recorrente a denominação esporte, seguida por algum adjetivo como vertigem, risco ou aventura.”, mas não há o estabelecimento de um acordo terminológico suficiente para possuir consensos sobre a delimitação do objeto. Para este mesmo autor, a preocupação com o conceito é pertinente, pois poderá criar uma identidade e um olhar mais preciso às pesquisas.

A linguagem utilizada para falar sobre o risco-aventura ainda está em construção, mesclando terminologias e modalidades de atividades. Fala-se em esportes de ação, aventuras, esporte de aventura, esporte outdoor, esportes de alto risco, esportes perigosos (ou arriscados) e esportes radicais. A lista de atividades é longa e inclui modalidades que são desenvolvidas no ar, na terra e/ou na água. Muitas delas podem ser realizadas num continuum de risco. Por exemplo, podemos passear de bicicleta ou usá-la (com os equipamentos apropriados) para desafiadoras aventuras em terrenos inóspitos (SPINK; ARAGAKI; ALVES, 2005, p.29).

Para Dias (2007), o período pós Segunda Guerra Mundial representa um importante ponto de inflexão, pois neles surgiram novas modalidades como o *mountain bike*, o vôo livre e *snowboarding*, além das profundas alterações quanto aos equipamentos, técnicas e concepções como no caso do *rafting*, do *surf* e do montanhismo. As mudanças nas dinâmicas sociais influenciam no hábito de buscar a natureza e as práticas esportivas, notadamente no que diz respeito ao processo de formação de identidades. Tais processos demonstraram uma nova maneira de se formarem símbolos de identificação coletiva, marcado pelo intenso fluxo de ideias, imagens e produtos.

Marinho (2008) se refere às atividades de aventura na natureza como práticas, geralmente de lazer, manifestadas com características inovadoras e diferenciadas dos esportes tradicionais, pois as motivações, objetivos, condições de práticas e meios utilizados para o desenvolvimento são diferentes, além disso, “[...] há também a presença de inovadores

equipamentos tecnológicos, permitindo maior fluidez entre praticante e o espaço da prática – terra, água ou ar.”(MARINHO, 2008, p.182).

O encontro de duas tradições esportivas (o montanhismo e o *surf*) gerou um processo de massificação simbólica do lazer esportivo na natureza. Resultado de dinâmicas históricas diferentes, essas duas tradições se cruzam gerando um produto híbrido. O montanhismo “pode ser visto como o principal precursor do hábito de buscar a natureza para prática esportiva” (DIAS, 2007, p.55). Costume que se apresentou, mais visivelmente, na Europa em meados do século XIX, onde a fundação de clubes de alpinismo fora um marco desse processo. No entanto, o surf é um produto de outra dinâmica evolutiva do esporte. Difundiu-se maciçamente na América do Norte como marca do desenvolvimento da contracultura, dos símbolos de identificação da juventude e da indústria do entretenimento. Associa-se ao surgimento de um novo estilo de vida, através de uma permanente celebração do prazer, menos comprometida com o sistema de valores dominantes (DIAS, 2007).

Esses dois esportes desempenharam papéis inovadores na utilização lúdica de montanhas e praias. E apesar de pertencerem a linhas distintas do fenômeno esportivo, determinados fatores históricos concederam um encontro, uma combinação, que produziu novas modalidades. Por consequência surgiram novas representações acerca do que é ser esportivo (DIAS, 2007).

O “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (ABETA, 2008, p.14). Apesar de parecer simples, este conceito torna-se amplo, podendo levar a erros nos entendimentos relativos ao segmento. ABETA (2008, p.15) complementa o conceito definindo atividades de aventura como: “[...] experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação”.

O turismo de aventura é um segmento em que se pode verificar uma relação oferta/demanda característica, aproximada com a prática dos ditos esportes de aventura e realizada por um público com motivações peculiares, viabilizada com infra-estrutura e recursos humanos especializados a fim de implementar uma experiência desafiadora e passível de certificação específica nos mais distintos ambientes e localidades, seja na atividade do excursionismo (sem pernoite) ou do turismo (UVINHA, 2005, p.271).

Nesta definição de Uvinha (2005), as atividades de recreação ou passeio, onde não há pernoite, são citadas como excursionismo. No contexto de Turismo de Aventura, muitas atividades são procuradas e oferecidas perto de casa, não necessitando de pernoite. Embora essas atividades possam não se encaixar na definição mais convencional e estreita do turismo,

possui um papel importante no *trade*, uma vez que tais experiências geralmente “[...] formam a base de tendências em Turismo de Aventura ou favorecem o desenvolvimento e crescimento de atividades do Turismo de Aventura” (SWARBROOKE et al., 2003, p.73).

Algumas atividades e ambientes estão intensamente associados às experiências de aventura, assim agindo como facilitadores de sensações e emoções que definem a aventura. Swarbrooke et al. (2003) apresentam as associações mais tradicionais entre os ambientes e as atividades das experiências de aventura (Quadro 1)

Quadro 1 - Associação entre atividades de aventura e ambientes.

Atividades associadas à aventura	Ambientes associados à aventura
Atividade física, isto é, atividade envolvendo exercício físico ou habilidades psicomotoras	Ambientes ao ar livre, selva
Contato com a natureza, isto é, atividades que trazem contato com o mundo natural em geral ou com determinada vida selvagem	Ambientes ao ar livre, selva
Contato com diferentes culturas, isto é, pessoas, fé, estilo de vida	Locais remotos, singulares ou exóticos
Viagens árduas, isto é, viagens por tração mecânica, animal ou humana, por terra, mar ou ar	Locais remotos, singulares ou exóticos

Fonte: adaptado de Swarbrooke et al. (2003).

Os ambientes naturais são, frequentemente, relacionados com a aventura, pois proporcionam recursos para muitas das atividades que oferecem riscos, desafios, estímulos sensoriais e assim por diante. A atividade física associada à aventura talvez seja a mais comum das percepções (SWARBROOKE et al., 2003). Dias (2007) cita os esportes na natureza como práticas que estabelecem relações intersubjetivas com a natureza, esta a fim de extrair prazer dessa interação. Ao contrário dos esportes tradicionais, os esportes na natureza possuem movimentos menos estereotipados, aumentando a imprevisibilidade e o risco, oferecendo maiores sensações e emoções.

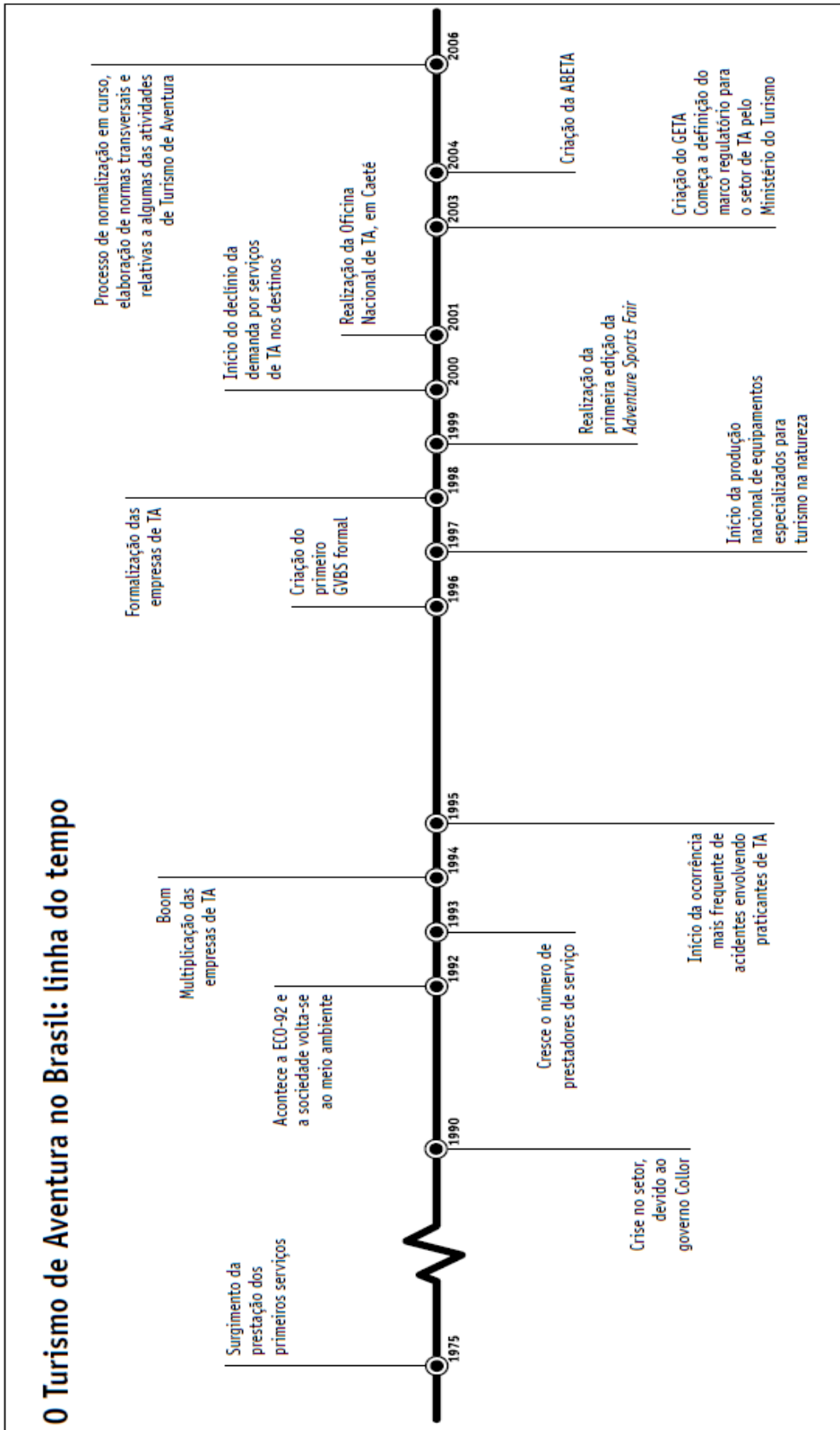
O início do Turismo de Aventura no Brasil não é percebido a partir de um fato único, a atividade surgiu de diferentes formas e em lugares diversos. Segundo ABETA (2009) o segmento foi tomando forma através de ações isoladas, em uma época em que a aventura não era cogitada como uma atividade econômica ou profissional. O Turismo de Aventura surge quando pequenos grupos de pessoas dispersas geograficamente, de diversas classes sociais e idades, começam a realizar atividades junto à natureza e veem nesse movimento a possibilidade torná-lo seu meio de vida.

As primeiras atividades de prestação de serviço na área de Turismo de Aventura ocorreram entre 1975 e 1986. Pessoas como Zé Américo em Lençóis/BA, Luís Antônio (Cebolinha) no Rio de Janeiro e Carlinhos em Petrópolis começaram a guiar turistas em trilhas, realizar escaladas/montanhismo e descidas em rios (*rafting*), respectivamente (ABETA, 2009, p.41).

Foi durante a década de 1990 (Figura 1), onde ocorreu um crescimento significativo de pessoas atuando no Turismo de Aventura. Nesse período, os precursores do segmento, e novos adeptos, conceberam uma atuação mais profissional para a área, criando suas empresas. Ainda assim, foi um momento marcado pela relativa inexperiência na gestão administrativa e na falta de padronização dos serviços. Ocasão onde os produtos estavam sendo desenvolvidos, os roteiros sendo mapeados, os colaboradores sendo selecionados (guias, parceiros comerciais e operacionais), testados e treinados de acordo com o estilo do empreendedor (ABETA, 2009).

O Turismo de Aventura no Brasil, a partir da fase onde houve o crescimento do setor, com a abertura de um grande número de novas empresas e com preocupação com a profissionalização do segmento, foi marcado por diversos acontecimentos (Figura 1).

Figura 1 – Cronologia do Turismo de Aventura no Brasil.



Fonte: ABETA (2009, p. 70, 71)

Acompanhado da crescente necessidade de regulação de um mercado em forte expansão no Brasil, o processo de certificação e normalização do Turismo de Aventura iniciou-se no ano de 2004, quando foi estabelecido o convênio entre Ministério do Turismo e o Instituto de Hospitalidade numa ação conjunta com a então criada Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) (UVINHA, 2009).

A normalização é uma maneira de definir e organizar atividades turísticas de aventura pela concepção de regras e normas técnicas (Figura 2), buscando promover a qualidade dos serviços, equipamentos e produtos, seguindo tendências internacionais de prevenir acidentes e visando melhorar a competitividade do país como um destino mundial do segmento (ABETA, 2010).

Figura 2 – Sistema de normatização para o Turismo de Aventura.



Fonte: ABETA (2008, p.18).

O termo ‘operadoras especializadas’ é utilizado para as empresas que oferecem atividades ligadas ao Turismo de Aventura. Seus serviços complementam aos de operadoras, agências de viagens e receptivo turístico. No entanto, “seus serviços podem ser comercializados diretamente ao turista ou a demais interessados, não sendo, necessariamente, complementares à atividade turística” (ABETA, 2009, p.73).

No Brasil, existem empresas altamente especializadas em atividades que requerem conhecimentos específicos. Contudo, a tendência é que esse grau de especialização seja substituído por uma empresa mais diversificada, que garanta a sustentabilidade econômica do negócio. Assim as empresas recrutam profissionais diversificados, buscando proporcionar ao

turista um pacote bem amplo de atividades de Turismo de Aventura. Algumas atividades se mantêm isoladas desse processo, como é o caso do balonismo, do pára-queda, do voo livre, do mergulho, do *kitesurf* e do *windsurf*. Outras modalidades acabam vendo a necessidade de incluir atividades que se tornam complementares, como no caso da escalada, cachoeirismo, canionismo, e outras, que, em sua maioria, estão acompanhadas de caminhadas de curto ou longo percurso. A paixão por atividades de preferência do empreendedor e o contato com a natureza, geralmente são os fatores que originam as operadoras especializadas. Porém, diante das pressões do mercado vê-se a necessidade de ampliar as áreas de atuação (ABETA, 2009).

As atividades que integram esse segmento variam sob diferentes aspectos, de acordo com os territórios onde são realizadas, com equipamentos, habilidades e técnicas ordenadas segundo os riscos envolvidos e a ininterrupta inovação tecnológica. A seguir serão apresentadas as atividades mais conhecidas pelo mercado de acordo com os elementos da natureza: terra, água e ar (Quadros 2 a 4). Algumas modalidades podem envolver mais de um dos elementos e podem ocorrer tanto em espaços naturais como em espaços construídos (ABETA, 2011).

Quadro 2 - Modalidades de aventura: atividades no ar.

ATIVIDADES NO AR	DESCRIÇÃO
Balonismo	Atividade aérea feita em um balão de material anti-inflamável aquecido com chamas de gás propano, que depende de um piloto.
Paraquedismo	Salto em queda livre com o uso de pára-quadras aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião. Como atividade de Turismo de Aventura, é caracterizado pelo salto duplo.
Voo Livre (Asa Delta ou Parapente)	Atividade com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta), ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos (parapente).

Fonte: adaptado de ABETA (2011).

Quadro 3 – Modalidades de aventura: atividades na terra.

ATIVIDADES NA TERRA	DESCRIÇÃO
Arvorismo	Locomoção por percurso em altura instalado em árvores ou em outras estruturas.
Bungee jump	Atividade em que uma pessoa se desloca em queda livre, limitada pelo amortecimento mediante a conexão a um elástico. O elástico é desenvolvido especificamente para a atividade.
Cachoeirismo	Descida em quedas d'água, seguindo ou não o curso d'água, utilizando técnicas verticais.
Canionismo	Descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente.
Caminhada	Percurso a pé em itinerário predefinido.
Caminhada (sem pernoite)	Caminhada de um dia. Também conhecida por <i>hiking</i> .
Caminhada de longo curso	Caminhada em ambientes naturais, que envolve pernoite. O pernoite pode ser realizado em locais diversos, como acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, entre outros. Também conhecida por <i>trekking</i> .
Cavalgadas	Percurso em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de Turismo Equestre.
Cicloturismo	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite.
Espeleoturismo	Atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística.
Espeleoturismo vertical	Espeleoturismo de Aventura que utiliza técnicas verticais.
Escalada	Atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha.
Montanhismo	Atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha.
Turismo for-a-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não convencionais com veículos automotores. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais.
Tirolesa	Produto que a atividade principal é o deslizamento em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.

Fonte: adaptado de ABETA (2011).

Quadro 4 - Modalidades de aventura: atividades na água.

ATIVIDADES NA ÁGUA	DESCRIÇÃO
Bóia-cross	Atividade praticada em um mini-bote inflável, onde a pessoa se posiciona de braços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal da bóia e os pés na parte final da bóia, já praticamente na água. Também conhecida como <i>acqua-ride</i> .
Canoagem	Atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rios, lagos, águas calmas ou agitadas.
Duck	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis e remos, com capacidade para até duas pessoas.
Flutuação / Snorkeling	Atividade de flutuação em ambientes aquáticos, com o uso de máscara e <i>snorkel</i> , em que o praticante tem contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salva-vidas.
Kitesurf	Atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar vôos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes.
Mergulho autônomo	Produto turístico em que a atividade principal é o mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado.
Rafting	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis.
Windsurf	Atividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela.

Fonte: adaptado de ABETA (2011).

O Turismo de Aventura deve contemplar, em sua prática, “[...] comportamentos e atitudes que possam evitar e/ou minimizar impactos negativos ao ambiente”, as atividades de aventura realizadas na natureza devem estar atentas ao cumprimento dos requisitos legais (ABETA, 2010, p.36). As principais Leis e Medidas Provisórias relacionadas com os recursos utilizados por atividades turísticas são apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Legislação Ambiental associada à prática do Turismo de Aventura.

Instrumentos legais	Escopo
Lei n° 5.197/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências – estabelece que todos os animais que vivem naturalmente fora de cativeiro são propriedades do Estado, entre outras disposições. Principais artigos: Art. 1º, Art. 3º, Art. 7º.
Lei n° 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências – estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, sua finalidade e mecanismos de formulação e aplicação; constitui o Sistema Nacional de Meio Ambiente; institui o Cadastro de Defesa Ambiental; e ainda define conceitos pertinentes, como recurso ambiental e poluição, entre outros. Principais artigos: Art. 2º, Art. 5º, Art. 9º, Art. 10, Art. 17.
Lei n° 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências – Além de criar a Política Nacional, institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos a partir do Código de Águas (Decreto no 24.643/34), que regulamenta o uso e classificação das águas brasileiras. Artigos relacionados: Art. 3º, Art. 7º, Art. 12, Art. 20 e 21, Art. 49, Art. 50.
Lei n° 9.605/1998	Lei da Natureza e de Crimes contra o Meio Ambiente – dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências – trata das infrações penais para crimes ambientais, como caçar e perseguir animais silvestres, impedir a procriação da fauna, modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural. Complementa a lei de proteção à fauna, por apresentar as penalidades para cada infração, funcionando como um instrumento que oferece agilidade e eficácia na punição aos infratores da natureza. Artigos relacionados: Art. 2º, 3º, 4º e 38 a 48.
Lei n° 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências – a Lei institui a Política Nacional de Educação Ambiental apresentando seus objetivos, diretrizes e uma proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. ATENÇÃO: Art. 5º e 13.
Lei n° 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação – regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC). Cabe ressaltar que a visitação ao SNUC é um dos principais recursos e atrativos para o desenvolvimento de inúmeras atividades turísticas no País, ocupando lugar de destaque na política ambiental, a partir de atividades compatíveis com a conservação da biodiversidade. Artigos relacionados: Art. 2º, 4º, 5º, 7º a 21, 25, 26 e 27.

Fonte: adaptado de ABETA (2008).

2.5 LAZER, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE

Ao pronunciar tempo livre, Boullón (2004) demonstra que é implícita a existência de um tempo que não possui essa qualidade. Portanto, depende de uma noção oposta, que

corresponde ao tempo que não é livre, onde há restrições que impedem alguém de usar este tempo como bem entender. De acordo com Boullón (2004), o trabalho é uma série de compromissos que configuram o fazer cotidiano das pessoas, representa um tempo de obrigações. Este tempo pode variar de acordo com o contexto político, social e econômico, predominando do sistema onde está sendo analisado.

A quantidade de tempo livre variou de forma oscilante ao longo da história. Ao entrar no século XX, o homem e especificamente os operários libertaram-se de muitas cadeias herdadas do passado, diminuindo, entre outras coisas, a carga de trabalho a que a Revolução Industrial os levou. Da jornada de trabalho que, em meados do século 19, alcançava até 15 horas (62,5% do tempo diário), com uma semana de sete dias, sem exceção para os menores de idade e nem mulheres; em toda a Europa conseguiu-se progressivamente que se reconhecesse o direito ao descanso dominical; a jornada de oito horas em 1918; o direito a férias remuneradas em 1936 [...]. (BOULLÓN, 2004, p.62)

Para Boullón (2004), quando foram satisfeitos os aspectos de trabalho, sono e outras necessidades fundamentais, o restante será o tempo disponível, resultado da subtração entre o tempo total e o tempo de obrigações. Contextualizado dentro de uma lógica ocidental capitalista, o lazer constituiu um objeto de reflexões sociológicas e passou a ser considerado como uma esfera típica do tempo de “não trabalho”. Diante das transformações históricas desencadeadas em decorrência da Revolução Industrial, este entendimento de lazer tornou-se mais notório, quando modificadas as noções de espaço e tempo até então vigentes (GOMES, 2014).

Gomes (2014) demonstra em seu estudo que a compreensão sobre o lazer, de modo geral, ainda estaria condicionada ao trabalho e ao uso do tempo livre em contextos urbanos e industrializados, lógica que colabora com a manutenção de um modelo ocidental urbano, industrial e capitalista. Esse é um olhar que busca compreender o lazer e, embora hegemônico, não é o único. Para Marcellino (2003) o lazer assumiu, progressivamente, características diferenciadas das observadas nas sociedades mais tradicionais, onde são reivindicadas formas de relacionamento social mais espontâneo, a afirmação da individualidade e a contemplação da natureza.

Notadamente neste século XXI, a compreensão de lazer como esfera oposta ao trabalho é cada vez mais paradoxal. A flexibilização laboral, somada a divisão de trabalho fabril concentra em alguns países e regiões do mundo, especialmente na Ásia, e ao avanço tecnológico que expandiu as fronteiras entre espaço e tempo, deixam evidente que os supostos limites entre lazer e trabalho estão cada vez mais tênues e difusos. Indicando que algumas categorias utilizadas para conceituar o lazer precisam ser problematizadas (GOMES, 2014).

Em outras palavras, é imprescindível distinguir e relativizar uma construção conceitual ocidental que define o lazer como antítese do trabalho, como tempo livre/liberado de variadas obrigações, ou ainda como ocupação do tempo livre muitas vezes atrelada ao consumo, de outras compreensões, ainda incipientes, que destacam a importância de reconhecer que o lazer é uma prática social da vida cotidiana que precisa ser situada em cada tempo/espaço social, e que, justamente por isso, integra diferentes culturas. (GOMES, 2014, p.12)

Analisar a ambiguidade do fenômeno do lazer pode contribuir para o desenvolvimento de atitudes críticas e criativas com relação às esferas pessoal e social (MARCELLINO, 2003). Para Gomes (2014), o lazer representa uma necessidade de desfrutar, ludicamente, as incontáveis práticas sociais construídas culturalmente. Assim o lazer precisa ser identificado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado. Diante das considerações, o autor conclui que o lazer pode aguçar as sensibilidades artísticas, estética, ética, social, ecológica, etc. e estimular a reflexão sobre as particularidades que marcam cada contexto.

O lazer considerado como uma necessidade humana torna-se um fator importante na qualidade de vida das sociedades. Araújo e Araújo (2000) descrevem que a qualidade de vida pode ser vista em termos individuais, em grupos ou grandes populações e a divide em quatro categorias: condições físicas e habilidades funcionais; condição psicológica e sensação de bem-estar; interação social; fatores e condições econômicas. Diante dessa classificação, os referidos autores delimitam dois tipos de qualidade de vida: a não relacionada à saúde, onde estão domínios ligados ao meio ambiente e ao social, e a qualidade de vida relacionada diretamente à saúde do indivíduo.

Atualmente, a saúde é compreendida como um modelo complexo, onde a qualidade de vida individual e seus componentes psíquicos e sociais são considerados. Mais do que a ausência de enfermidade ou invalidez, a saúde deve ser compreendida numa dimensão sociocultural, um estado de bem-estar físico, mental e social (SANTANA, 2014).

Dentro do contexto complexo onde se encontra a qualidade de vida e a saúde, Santana (2014) expõe a transição de alguns dos riscos globais à saúde, orientados pela globalização, urbanização, longevidade, declínio das taxas de fertilidade, mudanças climáticas, fatores sociais e de estilo de vida. As doenças ou crises à saúde estão associadas: ao local de trabalho e de residência (exposição a substâncias tóxicas, efluentes, radiações, poluição atmosférica e sonora); ao efeito da expansão da agricultura (produtos químicos, fertilizantes, pesticidas e irrigação); à industrialização e urbanização mal geridas; aos comportamentos humanos (práticas sexuais inseguras, sedentarismo); aos consumos de substâncias que criam

dependências (drogas, tabaco, álcool); à má nutrição (excesso de calorias ou dieta pobre) (SANTANA, 2014).

Os fatores externos e internos interferem diretamente na percepção, na função e na sensação de bem-estar. Godbey (2009) descreve algumas evidências de que a proximidade com o ambiente natural é benéfica à saúde, devido a menores indicadores de estresse e maior quantidade de atividade física. As pessoas que frequentam ambientes naturais são menos propensas ao sedentarismo, como exemplo a observação de aves, uma atividade que inclui caminhadas, interpretação de sons e pistas visuais, tarefas que implicam no bem-estar do indivíduo. Atividades físicas frequentes, como caminhadas, têm evidenciado uma variedade de benefícios à saúde, como: gestão do peso; controle da pressão arterial; diminuição do risco de ataque cardíaco; redução do risco de acidente vascular; redução do risco de diabetes Tipo 2; prolongamento da vida útil; redução dos níveis de estresse; fortalecimento dos músculos, ossos e articulações; melhora no sono; e maior sensação de bem-estar. Diante disso, as atividades físicas podem interferir de maneira positiva na percepção da qualidade de vida (GODBEY, 2009).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo faz parte do projeto Lagoas Costeiras 3, que tem por objetivo implementar a gestão sustentada das lagoas costeiras e da água subterrânea no Município de Osório, com base no diagnóstico da qualidade e na utilização racional dos recursos hídricos. O projeto Lagoas Costeiras, realizado pela Universidade de Caxias do Sul e patrocinado pela Petrobras, fez estudos em 38 lagoas na região costeira do Rio Grande do Sul, entre 2007 e 2013. A partir de 2014 vem efetuando levantamentos em 16 lagoas de Osório, que incluem o conhecimento das características ecológicas das lagoas e de seu entorno, mapeamento do uso e cobertura do solo, identificando os atrativos turísticos do município, junto a ações de educação ambiental. O projeto, em todas as suas edições busca socializar e desenvolver ferramentas para a sensibilização e valorização dos ecossistemas costeiros, através da disseminação do conhecimento.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

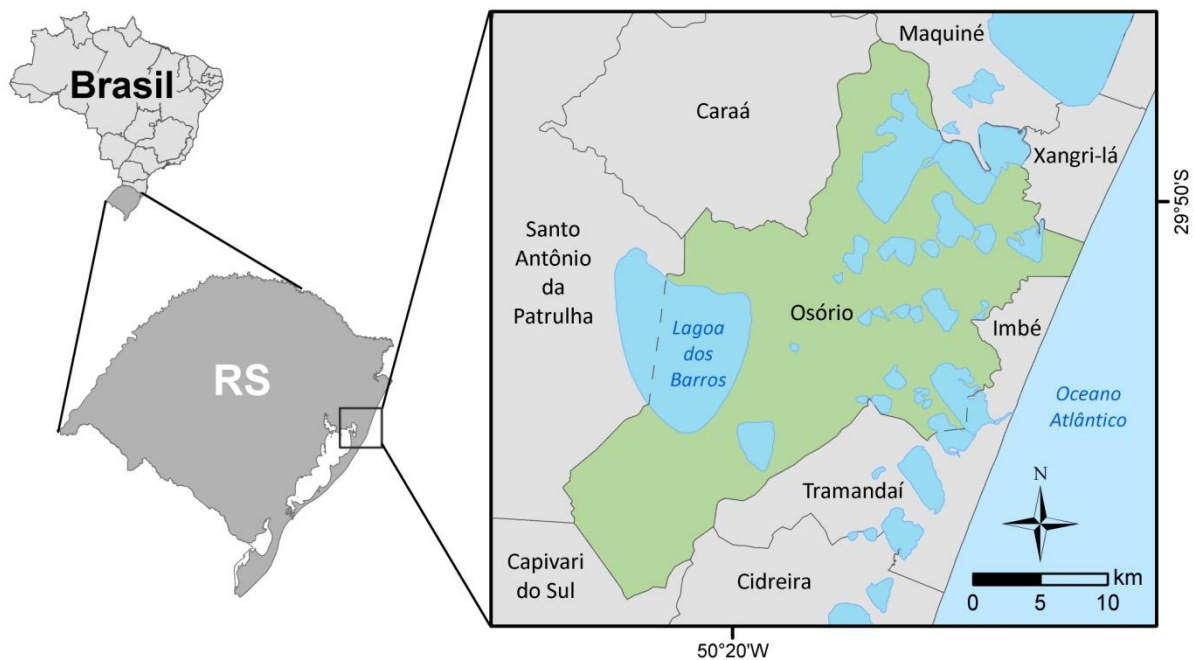
O município de Osório (29°53'12"S e 50°16'11"W) localiza-se no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul (Figura 3), distante aproximadamente 95 km da capital Porto Alegre (OSÓRIO, 2015). Possui uma área de 663 km², uma população estimada de 43.897 habitantes em 2015, e com uma densidade demográfica de 61,2 habitantes por km², segundo dados do censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2016).

Osório apresenta como limites territoriais, os municípios de Maquiné e Caraá ao Norte; Tramandaí, Cidreira e Capivari do Sul ao Sul; Imbé e Xangri-lá ao Leste; Santo Antônio da Patrulha ao Sul (Figura 3). O município abriga em seu território planícies costeiras, serra (Morro da Borússia), litoral com praias (Atlântida Sul e Mariápolis) e um complexo lagunar que compreende 23 lagoas. As condições naturais da região colaboram para que o município abrigue um Parque Eólico e propicie práticas esportivas ligadas ao vento (OSÓRIO, 2015).

As planícies costeiras são uma das feições mais marcantes do Litoral brasileiro, especialmente da sua porção sudeste e sul. As lagoas costeiras estão inseridas em um mosaico de ecossistemas terrestres heterogêneos com uma alta diversidade de associações vegetais, o que propicia uma grande riqueza faunística. O relevo de Osório tem formação geológica de planícies e planaltos entre Serra e mar, a chamada Serra Geral, com cobertura de Mata Atlântica.

Osório possui uma Área de Proteção Ambiental (APA), criada através da Lei Municipal nº. 2.665/94 de setembro de 1994, com uma área total de 6.896,75 hectares. Inserida no bioma da Mata Atlântica, a APA localiza-se no Morro de Osório, e tem por objetivos organizar as atividades antrópicas, visando preservar características ecológicas, biológicas e paisagísticas no contexto da gestão ambiental (PLANTUR, 2011).

Figura 3 – Localização do Município no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.



Fonte: Lagoas Costeiras 3.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Esta pesquisa se constitui em um estudo exploratório, qualitativo, seguindo uma abordagem descritiva. Para caracterizar o turismo de aventura em Osório foram utilizadas diferentes técnicas de levantamento de dados: visitas de reconhecimento a região, entrevista com os ofertantes do segmento e observação *in loco* com registro fotográfico. Também se utilizou dados do projeto Lagoas Costeiras 3, como a morfologia e a qualidade da água. Outras fontes foram bibliografias e legislação específica, como o Plano Diretor de Osório (OSÓRIO, 2006), o Estudo Diagnóstico e Prognóstico da Oferta Turística de Osório (PLANTUR, 2011) e Análise do potencial turístico das lagoas costeiras de Osório (REICHERT, 2015). Além da participação dos eventos: “1º Desafio Internacional de Águas Abertas da cidade de Osório” ocorrido em 2014; curso de multiplicadores realizado pelo

Lagoas Costeiras 3, em 2015, com os educadores da rede municipal de ensino; evento de inauguração do Memorial das Águas em 2016.

Entre dezembro de 2014 e janeiro 2015 foram realizadas visitas para conhecimento da região, período, onde buscou-se informações sobre os principais recursos naturais utilizados para a aventura, os atrativos turísticos do município e os ofertantes de serviços voltados para o segmento da aventura.

Neste estudo se utilizou do termo ‘operadoras especializadas’ ou ‘ofertantes’ para as empresas que oferecem atividades ligadas ao turismo de aventura. A identificação das operadoras especializadas foi feita por meio de buscas via internet, em *websites* e redes sociais, o que foi realizado no período de fevereiro a março de 2015.

A partir de revisão bibliográfica, foi elaborado um roteiro para a entrevista semi-estruturada com 26 questões abertas. A adequação do instrumento foi feita após a realização de uma entrevista com um ofertante de turismo de aventura, que desenvolve suas atividades na Serra Gaúcha. A entrevista teste durou cerca de 46 minutos, foi gravada e posteriormente transcrita e analisada. A partir da análise da entrevista foram alteradas algumas questões e incluídas outras, a fim de buscar informações mais precisas, assim estabelecendo o instrumento (APÊNDICE A). O teste, também serviu como treinamento do pesquisador em contato com o entrevistado, e para os processos de gravação e transcrição dos dados. Com o refinamento do roteiro da entrevista concluiu-se um instrumento de 34 questões abertas, organizadas em quatro grupos de informações: perfil e motivação do entrevistado, serviços e modalidades oferecidas, perfil e motivações dos turistas que buscam aventura, opiniões sobre sensibilização ambiental e sobre o futuro de Osório referente ao turismo e recursos naturais.

Foram estabelecidos dois critérios de seleção para as entrevistas, os quais consistiram em ofertar algum serviço voltado para o turismo de aventura e realizar suas atividades dentro dos limites do município de Osório. ABETA (2008, p.14) define que o “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”, definição que foi utilizada neste estudo.

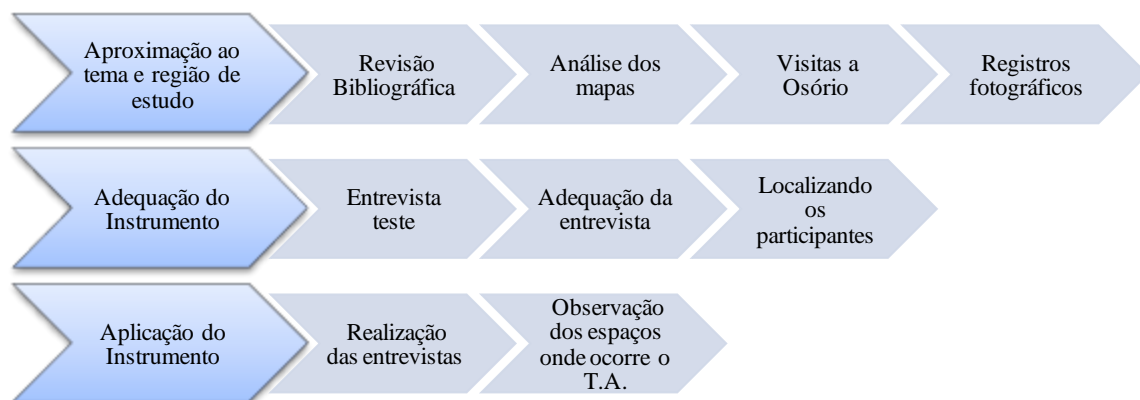
Inicialmente, selecionou-se seis entrevistados, porém, com o desenvolver das entrevistas obteve-se, por informação dos entrevistados, indicação de outros empreendimentos relevantes para o estudo, totalizando dez ofertantes. Destes, nove concederam entrevista, as quais foram realizadas de setembro de 2015 a janeiro de 2016. Sendo que uma das entrevistas foi realizada por um casal que desenvolve suas atividades juntos. Todos os entrevistados além de conduzirem as atividades, também são os responsáveis pela gestão dos serviços.

O aero desporto, neste caso na modalidade de Planadores, não é citada como uma atividade do turismo de aventura pela ABETA. No entanto, devido a tradição desta modalidade em Osório, favorecida pelas características geográficas da região, e por ser um serviço onde se pode realizar voos duplos contemplativos e também formar-se como piloto, a modalidade foi considerada neste estudo.

O velejo em embarcações, modalidade citada pelo Ministério do Turismo (2010) como pertencente ao Turismo Náutico também foi incluída, pois três dos entrevistados oferecem esse serviço junto a outras atividades do turismo de aventura. Assim, acreditou-se importante incluir, a modalidade, nas oferecidas pelas operadoras especializadas.

Com a realização das entrevistas, em sua maioria no próprio local onde as atividades são desenvolvidas, foi possível registrar, por meio de fotos, as características do espaço onde são realizadas. Os pontos foram marcados no GPS, o que possibilitou o mapeamento dos locais onde as atividades ocorrem no município. A síntese dos procedimentos metodológicos é mostrada na Figura 4.

Figura 4 – Etapas do levantamento de dados sobre o Turismo de Aventura (T. A.) em Osório, Rio Grande do Sul.



Fonte: elaborado pelo autor.

O presente estudo, também contou com o apoio da equipe do projeto Lagoas Costeiras 3, na elaboração de mapas, fornecendo arquivos fotográficos e outros dados sobre as condições ecológicas da região.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para a análise, realizou-se a transcrição das entrevistas e em seguida tabulou-se os dados, segregando as informações em tópicos, na seguinte ordem:

- Perfil e motivações dos entrevistados – idade, gênero, escolaridade, tempo de experiência na área, principal ocupação e motivações que os levaram a trabalhar no segmento (APÊNDICE A, questões 1 a 6);
- sobre os serviços – localização, tempo de existência dos serviços, número de pessoas envolvidas, modalidades oferecidas, meios de divulgação, medidas de segurança, riscos, cooperação entre o segmento e incentivos (APÊNDICE A, questões 7 a 21);
- perfil e motivação dos turistas – quem procura a aventura em Osório, procedência, onde se hospedam e motivações pela procura (APÊNDICE A, questões 22 a 28);
- sensibilização ambiental e perspectivas para o futuro de Osório, referente ao turismo e aos recursos naturais – preocupação com a qualidade do ambiente, ação de sensibilização, visão de futuro para o Turismo de Aventura, visão de futuro para os recursos naturais e o que precisa ser feito (APÊNDICE A, questões 29 a 34);

Com esses tópicos foram organizados os dados das entrevistas, estabelecendo uma tabela com o objetivo de agrupar as informações, e assim, possibilitar a interpretação dos resultados. Os dados obtidos durante as visitas, nas observações *in loco* e nas fontes secundárias serviram para complementar as informações das entrevistas. Assim, foi possível identificar os elementos que favorecem e/ou desfavorecem o Turismo de Aventura em Osório.

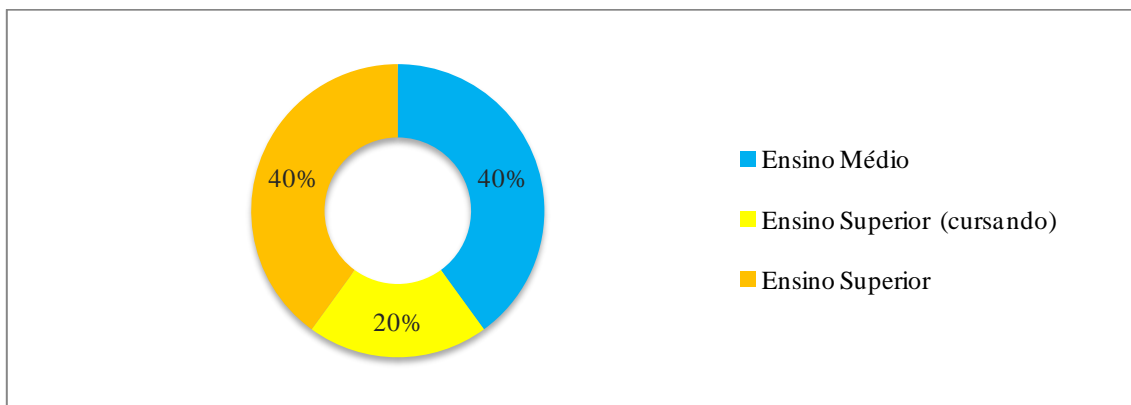
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O turismo de aventura em Osório se caracteriza por atividades estreitamente relacionadas aos recursos naturais do município. O vento, que fornece o slogan de “município dos Bons Ventos”, decorre da localização próxima ao mar e junto ao final da Serra Geral. Entre os serviços prestados pelo vento está seu uso para uma grande diversidade de esportes. Neste estudo procurou-se caracterizar: o perfil e motivações dos ofertantes, os serviços e modalidades, o perfil e motivações de quem procura os serviços, questões ambientais e perspectivas futuras para o turismo e para os recursos naturais de Osório.

4.1 PERFIL E MOTIVAÇÕES DOS OFERTANTES

Os entrevistados possuem idade variando entre 35 e 55 anos. Referente a escolaridade, 40% concluíram ensino superior e 20% estão cursando, os demais possuem ensino médio (Figura 5). A maioria dos condutores investigados são homens com formação em nível superior nas áreas de Administração, Comunicação, Engenharia e Turismo. Os dados sobre escolaridade dos entrevistados assemelha-se ao estudo de Figueredo e Schwartz (2012), realizado com 24 condutores de atividades de aventura, atuantes nas modalidades *Rafting*, Montanhismo e *Paraglider*, semelhante ao observado em Osório, verificaram que grande parte possui ensino superior em áreas não correlatas o que gera necessidade de qualificação.

Figura 5 – Escolaridade dos entrevistados, ofertantes de turismo de aventura em Osório, RS.



Fonte: elaborado pelo autor.

O tempo médio de experiência atuando com atividades de aventura foi de 18 anos, variando entre 2 a 35 anos. No diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil, realizado pela ABETA (2009), o tempo médio de atuação das empresas do segmento foi de seis anos. Considerando a publicação do diagnóstico há sete anos, a média dos condutores em Osório, ainda está acima da média nacional.

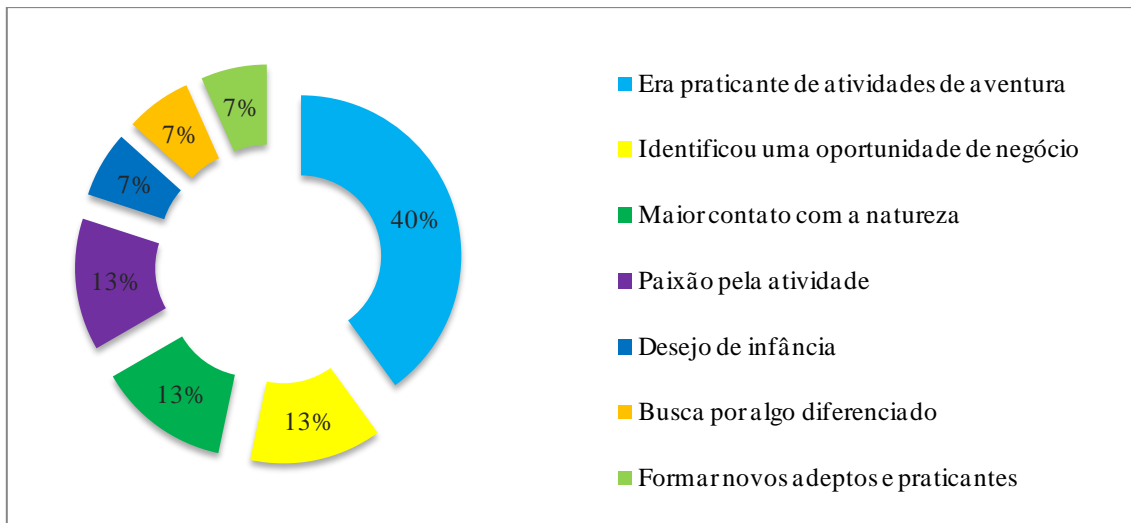
Destaca-se o tempo de atuação de um dos entrevistados (35 anos), que foi pioneiro nas atividades de voo livre, no início dos anos 1980, no estado. Informação que vem ao encontro do estudo de Bazotti (2012), sobre a cronologia do Turismo de Aventura no estado do Rio Grande do Sul, que descreve a década de 80 como o período dos primeiros movimentos de atividades na natureza, destacando o início da prática da atividade esportiva de vôo livre, na modalidade de Asa Delta. Este entrevistado, justifica que o estabelecimento de uma filial de sua empresa em Osório, deve-se ao fato do município apresentar condições naturais favoráveis para o desenvolvimento das atividades de voo livre.

As atividades de aventura constituem a principal ocupação para 56% dos participantes da pesquisa. Os demais (44%) realizam suas operações como fonte de renda complementar. Segundo ABETA (2011), a partir da análise de 155 casos de ofertantes de turismo de aventura no Brasil, 86% são regularizados e com CNPJ. Quanto à formalização dos serviços, sete entre os nove (77%) dos entrevistados em Osório têm seu empreendimento regularizado, valor inferior ao constatado para o país.

A maioria dos entrevistados deste estudo são oriundos de movimentos esportivos, como Asa Delta, *Windsurf*, regatas em barco a vela, *Mountain Bike* e *Surf*. Esses encontraram no segmento da aventura uma alternativa para se realizar, fazendo o que gostam. O empreendedorismo é afetado por múltiplos fatores, podendo estar relacionado aos próprios indivíduos, como o convívio interpessoal com sócios, clientes e investidores, além das influências externas delimitadas pelas condições de mercado, regulamentações governamentais, entre outras (PIMENTEL et. al., 2013). Esses fatores devem ser levados em consideração em cada fase do processo empreendedor. Dentro da dinâmica desse processo estão as oportunidades geradas por condições sociais, tecnológicas e econômicas em transformação, os empreendedores precisam ser capazes de distinguir oportunidades valiosas e ter capacidade de explorá-las (PIMENTEL et. al., 2013).

Para demonstrar as motivações que levaram os condutores a se envolverem no segmento da aventura, foram extraídas sete expressões que representam as respostas dos entrevistados (APÊNDICE A, questão 6). São elas: “Era praticante de atividades de aventura” com a maior parte das respostas, “Identificou uma oportunidade de negócio”, “Maior contato com a natureza”, “Paixão pela atividade”, “Desejo de infância”, “Busca por algo diferenciado” e “Formar novos adeptos e praticantes” (Figura 6).

Figura 6 - Motivações referidas pelos operadores para escolha do segmento de aventura em Osório, RS.



Fonte: elaborado pelo autor.

Pode-se observar que as motivações referentes a experiências anteriores com a aventura, contato com a natureza, paixão pela atividade e desejos de infância, somam 73% dos contextos motivadores, demonstrando uma busca em combinar o lazer com o trabalho. O estudo “Lazer na Natureza e Atuação Profissional: discurso e práticas contemporâneas” de Castilho (2013), relata que, embora os profissionais do lazer na natureza tenham responsabilidades e preocupações semelhantes a outros profissionais, o trabalho e o lazer se mesclam em determinados momentos.

Bandeira e Ribeiro (2015), em estudo realizado no município de Brotas/SP, identificaram uma imagem comum entre os condutores, onde a aventura era almejada “como brincadeira, desafio prazeroso, divertimento, interesse e desenvolvimento pessoal, mas, por vezes, só foi atingida como trabalho e, por outras, se tornou trabalho, mas não deixou de ser isso tudo” (BANDEIRA; RIBEIRO, 2015, p.133). A atuação profissional do lazer na natureza se confronta com a antiga dicotomia entre trabalho e lazer. A contemporaneidade se caracteriza por novas relações trabalhistas, diferente de algumas décadas atrás, onde o projeto de vida era se aposentar trabalhando em alguma empresa sólida e de grande porte. Com isso, as relações de trabalho vêm se modificando, cada vez mais surgindo novas possibilidades, onde, nos dias de hoje, ter um contrato de trabalho nem sempre é uma prioridade e não indica um futuro definido (CASTILHO, 2013).

Assim como constatado por Castilho (2013) e Bandeira e Ribeiro (2015), os condutores de Osório não demonstraram uma rigidez na divisão entre trabalho e lazer, sendo que, a condução é representada como uma mistura de motivações e inspirações vividas pelos entrevistados.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E MODALIDADES

Por meio das entrevistas (Apêndice A, questões 7 a 21) e observações *in loco*, buscou-se conhecer os serviços e as modalidades de turismo de aventura oferecidas em Osório (Figura 7). Foram identificadas doze modalidades no município, dessas, cinco são atividades desenvolvidas na água, quatro no ar e três na terra (Figura 8). Uma característica marcante dos ofertantes é o tipo de serviço, voltado para o ensino e aprendizagem das modalidades, nos quais, oito consideram-se como operador local especializado, com escola/treinamento. Apenas um dos entrevistados se considera como meio de hospedagem, que oferece serviços voltados para aventura.

Figura 7 – Relação de entrevistados e modalidades oferecidas em Osório, RS.

Entrevistados	Modalidades oferecidas	
Participante 1	4	<i>Kietsurf, Windsurf, Barco a vela e Stand up paddle</i>
Participante 2	4	<i>Kitesurf, Windsurf, Barco a vela e Stand up paddle</i>
Participante 3	1	<i>Kitesurf</i>
Participante 4	2	<i>Paraglider e Paramotor</i>
Participante 5	1	Asa Delta
Participante 6	1	Planador
Participante 7	1	<i>Mountain bike</i>
Participante 8	1	Canoagem
Participante 9	4	Canoagem, Barco a vela, Caminhadas em Trilhas e Cavalgada

Fonte: elaborado pelo autor.

Referente ao tempo em que o serviço é oferecido, a modalidade mais recente é a Canoagem, oferecida a quatro anos, enquanto a mais antiga é a modalidade de Planador, com 66 anos como uma escola de formação de pilotos. Encontraram-se serviços com apenas um condutor para desenvolver as atividades e outros que envolvem até dez pessoas. Assim, chegando a uma média de quatro pessoas envolvidas nos serviços de aventura por operadora especializada. Estudo da ABETA (2011) relata que, no Brasil, em 2008, a média era de cinco funcionários por organização, destacando que o segmento é fortemente caracterizado por um reduzido número de empregados/colaboradores. Um mercado dominado por micro e pequenas empresas, nas quais os donos estão à frente do negócio. Dados que corroboram aos encontrados neste estudo, tendo em sua maioria, os próprios empresários como os condutores das atividades.

As atividades como *Kitesurf*, *Stand up paddle* e Barco a Vela possuem o maior número de ofertantes, com três operadoras especializadas. Em seguida vem o *Windsurf* e a Canoagem com duas ofertas e as demais modalidades como Planador, *Paraglider*, Paramotor, Asa Delta, *Mountain Bike*, Caminhada em trilhas e Cavalgada apresentam uma única opção de serviço para cada (Figura 8). Com auxílio de um GPS, foram mapeados os locais onde são ofertadas estas modalidades, dispostos na Figura 9.

Figura 8 - Modalidades de turismo de aventura oferecidas em Osório/RS e o número de operadoras que as desenvolvem, no período do estudo entre 2015 e 2016.

Modalidades	Nº de operadoras				
<i>Kitesurf</i>	3				65% das modalidades Água
<i>Stand up paddle</i>	3				
Barco a Vela	3				
<i>Windsurf</i>	2				
Canoagem	2				
Planador	1				20% das modalidades Ar
<i>Paraglider</i>	1				
Paramotor	1				
Asa Delta	1				
<i>Mountain bike</i>	1				15% das modalidades Terra
Caminhadas em Trilhas	1				
Cavalgada	1				

Fonte: elaborado pelo autor.

ABETA (2011) apresentou os principais destinos nacionais, de aventura, referentes ao número de oferta por atividades. São eles:

- Bonito e Serra da Bodoquena com o maior número de ofertantes em sete atividades - *Acquaride/Bóia-cross*; Arvorismo, Flutuação, Turismo Equestre, Quadriciclo e Espeleoturismo e Rapel;
- Chapada Diamantina apresenta o maior número de ofertantes em cinco atividades - *Bungee Jump*; Caminhada de Longo Curso; Canoagem; Cicloturismo e Turismo Fora-de-Estrada em Veículos 4x4;
- Brotas, traz o maior número de ofertantes em quatro atividades - Caminhada, Canionismo/Cachoeirismo, *Rafting/Duck* e Tirolesa;
- Rio de Janeiro tem o maior número de ofertantes em quatro atividades - Escalada, Mergulho, Paraquedismo e Voo Livre;
- Fortaleza com duas atividades - Turismo Fora-de-Estrada em Bugues, *Kitesurfe* e *Windsurfe*.

A concentração de ofertantes demonstra as vocações específicas de alguns Destinos. Osório, apesar de não possuir uma elevada quantidade de ofertantes, possui um número maior de atividades que o principal destino nacional Bonito e Serra da Bodoquena.

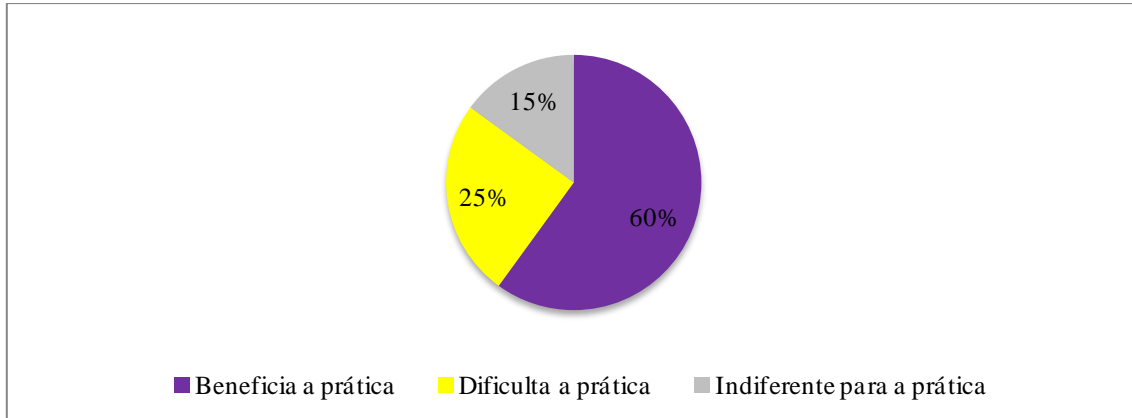
Na distribuição das modalidades oferecidas de acordo com os elementos da natureza, 65% dos serviços são realizados na água, modalidades que movimentam a maior demanda dos serviços do segmento no município (Figura 8). Acredita-se que isso se deva às condições naturais do município, onde 40,78% do território está coberto por lagoas (FUJIMOTO et. al., 2006). As lagoas onde se localizou serviços do segmento da aventura foram a Lagoa dos Barros (com uma área de 91,78 km² e um *fetch*¹ de 10,94 km) e as lagoas da Pinguela, do Palmital e das Malvas, que constituem um único corpo hídrico (com uma área de 51,18 km² e um *fetch* de 7,62 km).

A morfologia da lagoa dos Barros lhe confere uma margem leste muito extensa e exposta a direção predominante do vento, o que se evidencia pelo elevado valor do *fetch*, o segundo maior *fetch* observado em Osório foi lagoa da Pinguela, morfologias que favorecem os praticantes de atividades relacionadas ao vento. As atividades de *Kitesurf*, Barco a Vela, *Windsurf*, Planador, *Paraglider* e Asa Delta necessitam da presença do vento para sua prática, essas representam as principais modalidades ofertadas em Osório (Figura 10). O que, segundo os entrevistados, torna o município uma referência nessas atividades, devido a frequente

¹ *Fetch* - Área onde se formam as vagas nos oceanos, lagos ou reservatórios, sob a ação do vento. Sua extensão é medida na direção do vento.

presença dos ventos em direções e velocidades próprias a prática. De acordo com Hasenack e Ferraro (1989), na região de Osório, no verão predominam os ventos do quadrante nordeste e leste enquanto no inverno os ventos alteram-se entre nordeste e oeste, com uma velocidade média anual de 5,4 m/s. O vento característico da região forneceu o slogan de “município dos Bons Ventos” para Osório.

Figura 10 - Influência dos ventos nas modalidades do segmento da aventura ofertadas no município de Osório, RS.



Fonte: elaborado pelo autor.

O *Stand up paddle* e o Caiaque são atividades dificultadas pelo vento, e essas representam 25% dos serviços oferecidos, sendo ideais para a região, nos dias de pouco vento ou em locais protegidos, como as lagoas do Peixoto (com uma área de 2,99 km² e um *fetch* de 2,37 km) e do Horácio (com uma área de 0,74 km² e um *fetch* de 1,11 Km). Lagoas que não possuem serviços voltados a estas modalidades, mas que apresentam potencial para desenvolvê-las. Os restantes, representados pelo *Mountain Bike*, Caminhadas em trilhas e Cavalgada são modalidades onde o vento não é um fator limitante e representaram 15% da oferta.

4.2.1 Modalidades realizadas na água

A palavra *kitesurf*, em seu sentido literal, quer dizer navegar com pipa, uma união das palavras *kite* (pipa) e *surf* (navegar), na prática desta atividade é utilizada uma prancha fixada aos pés e um paraquedas de tração, possibilitando deslizar sobre a superfície da água com a força do vento, modalidade que pode ser executada em lagoas, represas ou no mar, com ventos fracos, médios ou fortes (ABETA, 2011). O *kitesurf* está entre as três modalidades mais ofertadas no município de Osório. Uma característica, desta, é o tempo necessário para o aprendizado, onde o praticante precisa de diversas aulas para desenvolver técnicas mínimas

para desfrutar do esporte. Dificilmente este aprendizado ocorre em apenas uma visita ao município, o que faz com que os adeptos retornem algumas vezes a região.

Figura 11 – Praticantes de *Kitesurf* na Lagoa do Palmital , Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

O *Stand up paddle* é uma atividade relativamente nova no Brasil e tem seu número de adeptos aumentando a cada ano, mescla canoagem com surf, onde o turista rema em pé sobre uma prancha (ABETA, 2011). A modalidade também cresce no município de Osório e está entre as mais ofertadas. Segundo os entrevistados, se trata de uma atividade relativamente fácil, não necessitando de grandes preparos físicos e nem habilidades complexas. A atividade, também destaca-se pela possibilidade de reciclar materiais para a produzir o equipamento, como no caso da Figura 13, onde, na parte inferior da imagem, há uma prancha feita de garrafa pet.

Figura 12 – Imagem da remada ecológica do *Stand up paddle* Festival, realizado na Lagoa do Peixoto, Osório, RS.



Fonte: Página da prefeitura de Osório no facebook (2016).

Os barcos a vela fazem parte do segmento de Turismo Náutico de Recreio e Esporte, porém em Osório a atividade é ofertada juntamente com outras modalidades de aventura, de tal modo que foram incluídas neste estudo. Trata-se de uma prática realizada em barcos de pequeno a médio porte, que pode ser de propriedade do turista ou alugado (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). Osório mostrou-se um lugar privilegiado para o aprendizado desta modalidade, devido a suas numerosas lagoas e a frequente presença do vento, propiciando a prática para iniciantes e experientes no velejo.

Figura 13 – Barco a vela as margem da Lagoa dos Barros, Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

O *windsurf* consiste em uma atividade praticada em meio aquático, utilizando técnicas do *surf* e da vela. Alia movimentos corporais à força dos ventos para gerar a propulsão. Pode ser executado em represas, lagoas e mares. Basicamente são três tipos de serviços relacionados ao *windsurf*: aulas voltadas ao iniciante, devido a necessidade de um conhecimento básico acerca da utilização do equipamento; aluguel de equipamentos, em que o turista aluga prancha e vela e realiza a atividade por conta própria; guarderias, voltadas para o turista que trouxe equipamento próprio, afim de guardá-lo próximo aos locais de prática (ABETA, 2011). Foram encontrados dois ofertantes desta modalidade em Osório e esses oferecem o serviço de aulas de *windsurf*, porém, descrevem que, atualmente, a procura pela atividade é baixa, devido ao valor elevado dos materiais e da difícil logística para transportar e guardar os equipamentos. A modalidade perde para o *kitesurf* pela praticidade, desse, no que se refere ao transporte e valor dos equipamentos.

Figura 14 – Vela de *windsurfs* margens da Lagoa dos Barros, Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

A canoagem, definida como uma atividade que utiliza caiaques ou canoas e pode ser praticada no mar, em rios ou lagoas. O caiaque é uma embarcação, geralmente fechada, que utiliza um remo com duas pás; a canoa pode ser aberta ou fechada com um remo de uma pá. Há uma diversidade de atividades na modalidade de canoagem, como o caiaque oceânico (*sea kayak*) ou caiaque turístico (*kayak touring*) e podem variar de passeios curtos até expedições de um dia ou mais, tanto em águas abrigadas como abertas (ABETA, 2011). Foram encontrados dois ofertantes desta modalidade em Osório, um desenvolve cursos e expedições de caiaque oceânico em diversas lagoas do município, o outro oferece passeios de caiaque turístico na Lagoa das Malvas.

Figura 15 – Caiaques estacionados as margens da Lagoa das Malvas em Osório, RS.

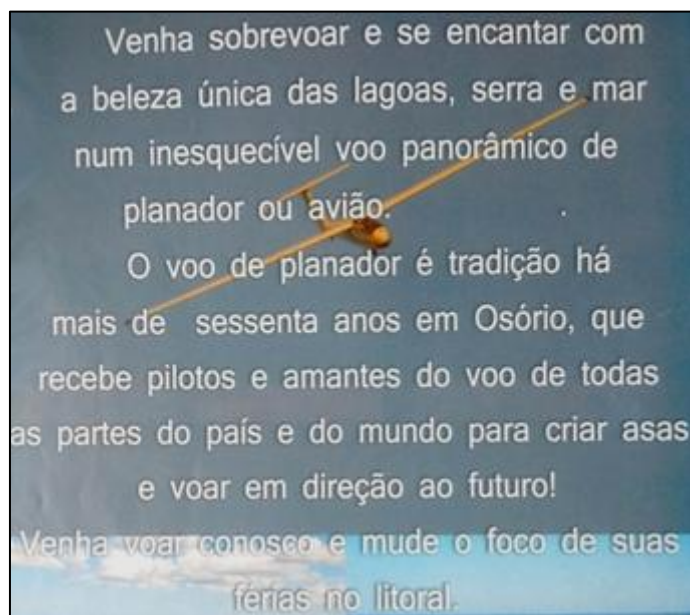


Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

4.2.2 Modalidades realizadas no ar

De acordo com informações do entrevistado que responde por essa prática, o aprendizado do voo com planadores é reconhecido por proporcionar uma ótima base técnica para a profissão de piloto de aeronaves. Trata-se de uma aeronave sem motores, rebocada por um avião até a altura desejada. Os voos com planadores em Osório foram iniciados em 1939 pela Varig Aero Esporte (VAE) e em 1950 foi sucedida pelo aeroclube, vigente até a atualidade, onde há uma escola de aviação civil (Participante 6).

Figura 16 – Recorte de um folder de divulgação da escola de aviação civil de Osório, RS.



Fonte: Folder de divulgação escola de aviação civil (2016).

O Voo Livre é praticado pelas modalidades de *Paraglider* (parapente) e Asa Delta, cuja definição remete a uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto, por superfícies aerodinâmicas móveis (Asa Delta) ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos (*Paraglider*). São modalidades interdependentes das forças da natureza (ventos, térmicas e nuvens) para sua prática. A Asa Delta voa com velocidade superior ao *Paraglider* e tem uma razão de planeio maior, a posição do piloto é deitada em um cinto durante o voo. No *Paraglider*, o piloto voa sentado em uma espécie de cadeira chamada de selete, e sua decolagem é mais tranquila (ABETA, 2011). Osório apresenta condições climáticas e geográficas excelentes para o Voo Livre, possui duas rampas cuja utilização varia de acordo com a direção do vento (Figuras 18 e 19). No município é ofertado o aprendizado das modalidades de Asa Delta e *Paraglider*, também são oferecidos voos duplos, onde a pessoa voa acompanhada do condutor.

Figura 17 – Rampa Nordeste de voo livre em Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

Figura 18 – Infraestrutura na Rampa Sul de voo livre em Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

De acordo com informações do entrevistado, o Paramotor também conhecido como *Parafly* é uma adaptação do parapente, somado a força proporcionada por um motor acoplado as costas do piloto. Enquanto o parapente requer um local alto para possibilitar o voo, o Paramotor pode decolar praticamente de qualquer lugar plano.

Figura 19 – Decolagem de um voo duplo de paramotor às margens da Lagoa da Pinguela, Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

4.2.3 Modalidades realizadas na terra

A atividade de *Mountain Bike* tem como elemento principal a realização de percursos de bicicleta. O percurso pode ser classificado como passeios de curta duração, praticado nas proximidades, e passeios de longa duração com percursos longos (ABETA, 2011). Identificou-se um crescente fluxo de pessoas praticando *Mountain Bike* em Osório, principalmente no Morro da Borússia. Todavia, foi encontrado somente um ofertante desta atividade, uma vez que o movimento crescente da modalidade é de pessoas pedalando de forma independente.

Figura 20 – Sinalização alertando para a prática de *Mountain Bike* no Morro da Borússia em Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

A caminhada em trilhas é uma atividade a partir da realização de percursos a pé, geralmente em ambientes naturais com pouca infraestrutura e com diferentes graus de dificuldade. A caminhada entende-se como uma atividade de curta duração, variando desde uma hora até um dia inteiro, e na maioria das vezes retornando ao local de origem. O objetivo da realização da atividade pode envolver significados tanto de superação de limites quanto de contemplação, a caminhada em trilhas, na maioria dos casos, utiliza vias não convencionais, com muitas belezas naturais e alguma dificuldade no percurso, seja pela topografia ou pelos obstáculos (ABETA, 2011). A caminhada, no Brasil, é regulamentada pelas seguintes Normas Técnicas: ABNT NBR 15505-1 (2008) – Turismo com atividades de caminhada – Parte 1: Requisitos para produto; ABNT NBR 15505-2 (2008) – Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos. Em Osório, esta atividade é pouco oferecida como um serviço turístico, com um ofertante encontrado para modalidade.

A atividade de Cavalgada consiste em realizar passeios sobre um cavalo. Há diversos tipos de produtos de turismo equestre, entre eles, a cavalgada durante o dia, cavalgadas noturnas, de curta e longa duração, que podem incluir paradas para alimentação ou para apreciação das belezas naturais. No Brasil, o Turismo Equestre é controlado por meio das seguintes Normas Técnicas: ABNT NBR 15507-1 (2008) – Turismo equestre – Parte 1: Requisitos para produto; ABNT NBR 15507-2 (2008) – Turismo equestre – Parte 2: Classificação de percursos. Apesar de existir potencial para esta atividade na região, encontrou-se apenas um ofertante desta modalidade como serviço turístico.

Figura 21 – Praticantes do turismo equestre nas proximidades da lagoa das Malvas em Osório, RS.

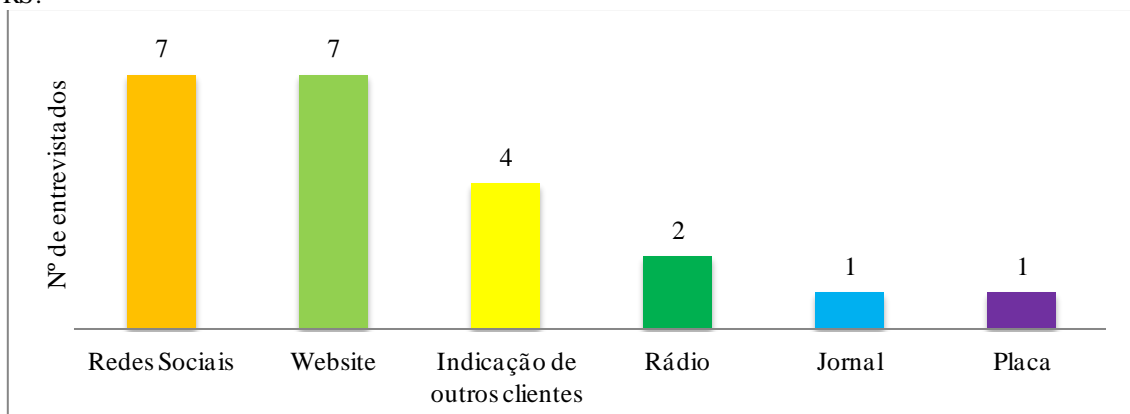


Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

4.2.4 Meios de divulgação dos ofertantes

Os meios de divulgação dos serviços mais utilizados pelos ofertantes (Figura 22) são as Redes Sociais e Website, onde sete dos entrevistados utilizam a internet para promoção de suas atividades. Indicação de outros clientes foi citado por quatro entrevistados e rádio, citado por dois. Jornal e Placa são os meios menos utilizados pelas operadoras especializadas em Osório.

Figura 22 - Distribuição dos meios de divulgação utilizados pelas operadoras de turismo de aventura em Osório, RS.



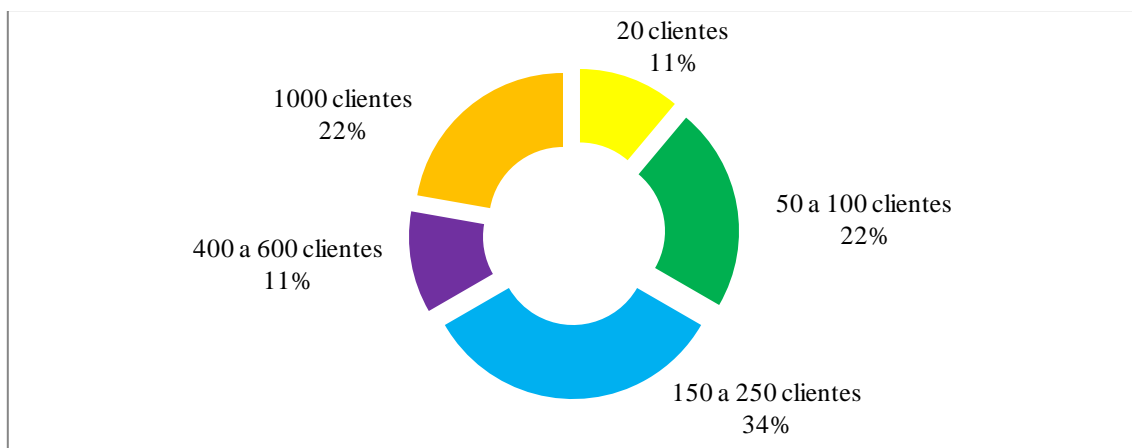
Fonte: elaborado pelo autor.

Em estudo sobre o potencial turístico das lagoas de Osório, Reichert (2015) descreve, a partir de entrevista feitas com visitantes das lagoas, que a principal divulgação do turismo na região ocorre por meio do “boca a boca”, mas também se destacam os eventos, as redes sociais, rádios e folders como meios de divulgação. A falta de um plano de *marketing* de

divulgação em grandes mídias, como a televisão, foi apontada como ponto fraco. Porém a ideia de divulgação massificada não seria positivo para o município, podendo acarretar num grande aumento no número de turistas, maior que o suporte turístico e infraestrutura podem atender.

Apesar dos ofertantes não possuírem um registro anual exato do número de clientes, foram mencionadas cifras aproximadas (Figura 23). O menor número de atendimentos foi de vinte pessoas, enquanto a maior quantidade foi de mil clientes por ano. Somando as respostas dos entrevistados chegou-se a uma estimativa de 4.060 atendimentos realizados por ano nas operações de Aventura em Osório. Dados que revelam o baixo número de clientes pela média nacional. Em pesquisa realizada pela ABETA (2011) constatou-se uma média aparada de 2.604 clientes atendidos por ofertante no Brasil, média esta, maior que a metade de todos os atendimentos estimados para um ano em Osório (4.060 clientes).

Figura 23 – Distribuição das operadoras do segmento da Aventura por número aproximado de clientes atendidos por ano em Osório, RS.



Fonte: elaborado pelo autor.

Uma das dificuldades para desenvolvimento do turismo no município é a baixa diversidade de opções em hospedagem. Nos relatos identifica-se o insuficiente número de leitos disponíveis e dificuldades na qualidade destes serviços, como descrito nos trechos das entrevistas: “Isso é um problema, não tem muita opção” (Participante 5), “Percebemos a falta de leitos aqui no verão, é uma cidade que não tem” (Participante 3).

Dados que vem ao encontro do diagnóstico realizado no município de Osório pela PLANTUR (2011). Onde foram encontrados doze equipamentos de hospedagem, sendo seis em área urbana e seis distribuídos entre as áreas rural, litorânea e de lagoas. Quando analisados a oferta e a demanda observaram um déficit de unidades habitacionais devido ao alto índice de ocupação hoteleira durante todo o ano. Além da falta de qualificação das

estruturas e dos serviços existentes. Diagnostico que vem ao encontro das informações obtidas neste estudo, através dos entrevistados.

Também foi dito, que muitos dos turistas que buscam os serviços em Osório possuem residência ou estão hospedados no litoral, “[...] a grande maioria tem casa no litoral”, “[...] muitos estão nas praias”, “[...] é um pessoal que está de passagem, ou está no litoral e vem passar o dia” (Participante 7). Frases que refletem pouca opção de hospedagem no município.

4.2.5 Medidas de segurança

Quando indagados sobre as medidas de segurança adotadas em suas atividades, todos os entrevistados demonstraram preocupação com o tema. Destes, somente dois citaram a certificação do Programa Aventura Segura, desenvolvido pela ABETA em parceria com o Ministério do Turismo. Outros quatro operadores utilizam as instruções de segurança desenvolvidas pelas federações que regulamentam suas modalidades, como a *American Canoe Association (ACA)*, *International Kiteboarding Association (IKA)* e Confederação Brasileira de Voo Livre (CBVL). Três ofertantes não seguem um programa de gestão de segurança, mas mencionaram desenvolver suas próprias medidas.

O Programa Aventura Segura buscou melhorar as condições de segurança na operação das empresas de turismo de aventura no Brasil, certificando estas empresas para torná-las mais competitivas no mercado (ABETA, 2009). No início do processo de regulamentação do segmento, no ano de 2001, aconteceu a I Oficina Estadual de turismo de aventura, ocorrida em Osório às margens da Lagoa da Pinguela, com participação de praticantes e proprietários de empresas de diversas modalidades de aventura do estado. Em 2005, numa ação conjunta entre interessados, o Governador do estado do Rio Grande do Sul assinou a Lei nº 12.228/05, criando a regulamentação estadual de turismo de aventura (BAZOTTI, 2012). Nas entrevistas, seis ofertantes citaram conhecer a Lei de regulamentação estadual. Reforçando que para garantir a segurança é de suma importância prezar pela manutenção, certificação e qualidade dos equipamentos, assim como orientações específicas e adequadas a cada turista, seja iniciante ou experiente.

Quanto aos riscos de acidentes, se questionou a classificação de alto, médio e baixo para as modalidades desenvolvidas. Os ofertantes aludiram que a mesma modalidade pode transitar nos três níveis questionados, tornando esta classificação variável de acordo com o contexto. Foram mencionados dois fatores principais que podem alterar a classificação de baixo a alto risco. O primeiro são as condições climáticas, que necessitam ser analisadas e avaliadas antes de cada prática. Um exemplo é a modalidade de caiaque, quando praticada em

condições de pouco vento, e com as devidas medidas de segurança adotadas, pode ser classificada de baixo risco. Já a mesma modalidade praticada em condições de ventos fortes, considera-se de alto risco. O segundo refere-se à individualidade do praticante, onde seguindo as orientações dos operadores e respeitando suas habilidades e capacidades técnicas o risco das atividades pode ser classificado como baixo. Porém em circunstâncias que excedam as habilidades e ultrapassam os limites, a prática tornar-se de alto risco. Assim cabe a responsabilidade dos ofertantes na gestão da segurança, conhecendo bem o local, suas condições e variações climáticas, como também desenvolver métodos para auxiliar o praticante, tornando o serviço o mais seguro possível.

De acordo com Marinho (2008) uma experiência de aventura na natureza está fundamentada em testar competências e capacidades próprias, onde o risco e o perigo podem ser avaliados. Neste contexto, o nível de risco admitido pelos participantes é bastante variado, podendo expor o indivíduo à possibilidade de se machucar, ou até mesmo, perder a vida. A soma de habilidades pessoais, decisões prudentes, auxílio de aparelhos tecnológicos e instrutores competentes contribuem para se estabelecer um senso de segurança de uma atividade (MARINHO, 2008).

Em alguns casos, o risco não demonstra ser o componente principal em uma atividade de aventura. Caminhar por trilhas pode ser uma atividade de aventura, mesmo sem vivenciar momentos arriscados. A aventura possui uma estreita relação com obstáculos, não apenas de caráter físico, “[...] mas também simbólicos e imaginários, a serem ultrapassados, que não necessariamente são os mais arriscados e difíceis, mas que, de alguma forma, agregam o novo, o desconhecido e o não-explorado” (MARINHO, 2008, p.200).

4.2.6 Cooperação entre os ofertantes

Para este estudo assumiu-se o conceito de cooperação utilizado por Amaral (2014, p.60), como sendo “[...] uma relação entre vários atores no sentido de, em conjunto, atingirem um objetivo comum, e que normalmente está associado a um problema partilhado por todos”. No que se refere a cooperação do segmento da aventura e sua organização no município de Osório, encontrou-se um baixo envolvimento entre os ofertantes e demais setores do turismo. Tampouco há conhecimento, pelos próprios entrevistados, da diversidade de modalidades de aventura oferecidas, onde 56% dos entrevistados conhece apenas operadores que oferecem uma modalidade igual a sua. O que deixa evidente as operações ocorrendo de forma individualizada, havendo colaboração em casos isolados.

Em geral as empresas do setor de turismo de aventura sofrem com diversas dificuldades de gerenciamento, contribuindo para inibição da formalização ou falência empresarial, como o isolamento comercial e social, operações ineficientes, entre outras. Além disso, há as condições transitórias e sazonais, a falta de consciência em relação a sua marca e a criação de roteiros em lugares distantes dos principais mercados (PIMENTEL et. al., 2013).

Amaral (2014) alerta para a grande importância das relações de cooperação entre os atores sociais, nos processos de desenvolvimento e planejamento do território, tornando-se ainda mais relevante quando se trata do setor turístico. A cooperação pode gerar uma responsabilidade coletiva e dar maior voz no processo de negociação conjunta, visando chegar a definições políticas que orientem o desenvolvimento do turismo (AMARAL, 2014).

Quanto indagados sobre parcerias públicas para as atividades de Aventura no município, 77% da amostra respondeu receber pouco ou nenhum incentivo para o desenvolvimento de suas atividades. Logo 23%, declaram receber algum apoio da prefeitura, principalmente para realização de eventos. Tanto no que se refere a cooperação entre os ofertantes e demais setores do turismo, como nas parcerias públicas, percebe-se uma falta de comunicação entre os entrevistados com os demais atores sociais envolvidos no setor turístico. Neste estudo, não se identificou um planejamento turístico que envolva o segmento da aventura, apesar de estas atividades serem ofertadas de forma consolidada no município.

De acordo com Reichert (2015), para transformar as lagoas de Osório em locais turísticos, deve haver contribuição de todos envolvidos, no planejamento contínuo do turismo e na conservação das lagoas. Cabe ao poder público o planejamento, controle fiscalização do desenvolvimento turístico, estabelecendo políticas de incentivo e qualificação, instalação e manutenção de infraestrutura básica, mobilização e articulação da comunidade e dos empreendedores turísticos, divulgação dos atrativos do município, entre outros. Para os serviços turísticos como hospedagem, alimentação e entretenimento, cabe a iniciativa privada se responsabilizar pela qualidade destes serviços. Os empreendedores também devem fazer parte do planejamento através de conselhos de turismo e associações representantes do setor. Da mesma forma, a comunidade local deve participar do planejamento, sendo beneficiados com o desenvolvimento do turismo por meio da geração de emprego e renda, e lhes cabe acolher os visitantes de forma adequada. Os turistas serão os financiadores, e deverão ser estimulados a condutas condizentes ao meio ambiente visitado (REICHERT, 2015).

Complementa-se o estudo de Reichert (2015) para um desenvolvimento e planejamento de todos os recursos naturais disponíveis e utilizáveis pelo turismo no

município Osório. Deve-se almejar uma melhor comunicação e cooperação entre os envolvidos, para que todos sejam beneficiados pelas práticas turísticas, assim como, responsáveis pela conservação de seus recursos.

4.3 PERFIL E MOTIVAÇÕES DE QUEM PROCURA A AVENTURA EM OSÓRIO

Sabendo da importância para a gestão e planejamento do turismo, buscou-se descrever o perfil das pessoas que procuram os serviços de turismo de aventura em Osório. As informações foram obtidas por meio dos ofertantes entrevistados (Apêndice A, questões 22 a 28).

As pessoas que visitam Osório, em sua maioria são de regiões próximas ao município. Segundo 88% dos ofertantes, a principal procedência de seus clientes é da Grande Porto Alegre, Vale dos Sinos e Serra Gaúcha. Somente a escola de planadores citou receber pessoas de todas as partes do Brasil. Isso, de acordo com o entrevistado, devido à tradição dos seus 66 anos de existência de escola de aviação, o que tornou o local uma referência nacional para o aprendizado da modalidade.

Os fatores que influenciam no consumo do turismo de aventura não foram foco deste estudo, porém, por meio dos entrevistados, foi possível identificar algumas motivações de quem procura a aventura em Osório (Figuras 24,25 e 26). Para Gouveia et al (2014) a imagem de um destino se forma através de informações provenientes de fontes como família, amigos e canais de comunicação. Isso influencia diretamente a tomada de decisão do consumidor. Fazem parte deste processo, as características do comprador e o processo de tomada de decisão que inclui a motivação, em que “seus fatores influenciadores são: posição demográfica e socioeconômica, características psicográficas, desejos, necessidades, objetivos e atitudes” (GOUVEIA et al, 2014, p.567).

O perfil das pessoas que buscam a aventura no município foi descrito a partir de uma classificação em aventureiros do ar (paraglider, asa delta, paramotor e planadores) da água (*kitesurf*, *windsurf*, barco a vela, *stand up paddle*, caiaque) e da terra (caminhadas, *mountain bike* e cavalgada).

4.3.1 Aventureiros do ar

Para as atividades de voo, quando o contexto é o aprendizado das modalidades, a procura é realizada principalmente por homens. Como descrito no trecho da entrevista “O pessoal que vem hoje para aprender a voar praticamente são homens acima dos 30 anos, com uma situação financeira definida” (Participante 5). Os entrevistados descrevem o perfil destes

aventureiros como pessoas de um nível socioeconômico elevado, onde o que motiva essas pessoas a voar é a busca de “[...] uma atividade para fugir do estresse” (Participante 5). Também são descritos como “[...] pessoas que gostam do contato com a natureza, gostam de aventura, de liberdade, de emoção” (Participante 4).

Quando a procura é pelo voo duplo, onde a pessoa é passiva, sem precisar aprender técnicas de voo. A maior procura é por mulheres de faixas etárias diversas. Algumas motivações descritas foram “[...] contemplar e experimentar a sensação de voar” (Participante 4), “[...] viver uma experiência diferente, sentir emoção, ver as coisas de cima (Participante 5)”. De acordo com Schlegelmilch e Ollenburg (2013), no geral, "diversão" e "emoção" parecem ser os atributos dominantes quando associados com a "aventura", a grande maioria dos participantes são motivados por escapar de suas rotinas diárias e experimentar algo diferente.

No estudo de Gouveia et al. (2014) os principais objetivos dos turistas entrevistados foram a procura por lazer e entretenimento, o interesse em práticas esportivas e o contato com o meio ambiente. Já os fatores que influenciam o comportamento de compra para viagens de Ecoturismo e turismo de aventura são os grupos de referência, o ambiente onde a pessoa está inserida e a imagem que o indivíduo tem de determinado destino. Questões como sustentabilidade, aprendizagem e apoio às comunidades locais apresentam-se em segundo plano no comportamento dos turistas que procuram atividades de Turismo de Natureza (GOUVEIA et al., 2014).

Figura 24 - Perfil e motivação das pessoas que buscam os serviços de aventura no ar em Osório, RS.



Fonte: elaborado pelo autor.

4.3.2 Aventureiros da água

Nas atividades realizadas na água, da mesma forma que no ar, a presença masculina predomina, mas se destaca a companhia das famílias durante as atividades “[...] a maioria são homens maduros e bem estabelecidos profissionalmente, casados que acabam trazendo a família junto” (Participante 3), “Um pessoal já mais estabelecido que vem com a família” (Participante 2), “Geralmente casais e famílias” (Participante 9). Característica que está relacionada à motivação pela busca destes serviços, citado nos trechos: “[...] esse *workaholic*² que está cada vez mais querendo fugir da capital” (Participante 1), “[...] buscam contato com a natureza e tranquilidade” (Participante 9).

² *Workaholic* – em inglês significa alguém viciado no trabalho, um trabalhador compulsivo.

Figura 25 - Perfil e motivação das pessoas que buscam os serviços de aventura na água em Osório, RS.



Fonte: elaborado pelo autor.

Uma dificuldade citada pelos ofertantes os quais não possuem infra-estrutura às margens da lagoa está em receber as famílias dos clientes “[...] eles não trazem mais vezes a família pela falta de estrutura na beira” (Participante 3) situação que acaba fazendo com que o aventureiro não traga a família para suas próximas atividades no município. Uma característica importante do turismo de aventura em Osório são os serviços de escola/treinamento das modalidades, o que solicita horas de prática. Isto faz com que o indivíduo retorne diversas vezes ao município para aprender e aperfeiçoar suas técnicas. Verificou-se no município a falta de uma infraestrutura turística mínima para a permanência e retorno dos visitantes.

4.3.3 Aventureiros da terra

Para atividades realizadas em terra não se obteve informações suficientes para estabelecer um perfil dessas pessoas, mas foi possível identificar um fluxo crescente de pessoas praticando o *mountain bike*, principalmente na região da Serra e Morro da Borússia. De acordo com um entrevistado, há muitas pessoas pedalando de forma independente “[...] muitos tem casa na praia e vem para Osório passar o dia, acredito que é esse o perfil de quem vem pedalar” (Participante 7). As modalidades de Cavalgada e Trilhas, ofertadas às margens da Lagoa das Malvas, são procuradas por pessoas que querem contato com a natureza e tranquilidade. Trata-se de um local com hospedagem e área natural, onde são ofertados esses serviços de aventura.

Figura 26 - Caracterização dos serviços de aventura na terra em Osório, RS.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os serviços voltados a atividades em terra são pouco exploradas no município. São atividades latentes e acredita-se que podem ser oferecidas em Osório, pois a região possui potencial e recursos naturais para o desenvolvimento de serviços voltados a modalidades de Aventura na terra, principalmente na região do Morro da Borússia.

Percebe-se nas três categorias de aventureiros que há motivações em comum, como o contato com a natureza e a evasão do estresse. Dados semelhantes ao estudo sobre o perfil do Turista de Aventura no Brasil (ABETA, 2010) que expõe a crescente necessidade contemporânea de contato com a natureza, buscando resgatar momentos lúdicos e de desligamento das responsabilidades cotidianas. Para Marinho (2008) a aventura em ambientes naturais oportuniza o estabelecimento de novas relações entre os envolvidos no lazer, cria novos laços de amizade e proporciona novas sensações e emoções, mostrando-se como uma oportunidade de refletir sobre a vida social contemporânea.

O nível socioeconômico destes aventureiros é outro dado em comum, são apresentados como pessoas bem estabelecidas profissionalmente. Porém, o desenvolvimento do lazer e do turismo não deve ser baseado simplesmente em números de interesse econômico, mas como uma mudança positiva para a utilização do tempo livre da sociedade atual (MARINHO, 2008). Esta nova utilização do tempo livre, ainda mais nas atividades na natureza, pode ser uma oportunidade latente de se trabalhar a sensibilização e a educação ambiental.

4.4 QUESTÕES AMBIENTAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O TURISMO E PARA OS RECURSOS NATURAIS DE OSÓRIO

Devido às atividades de aventura se utilizarem dos recursos naturais para suas práticas, buscou-se identificar a opinião dos entrevistados sobre questões ambientais e perspectivas para o futuro do município, tanto no que se refere aos recursos naturais quanto para o turismo (Apêndice A, questões 29 a 34).

4.4.1 Opinião dos ofertantes sobre os recursos naturais

Dos nove entrevistados, oito relataram preocupar-se com a qualidade do ambiente onde realizam suas atividades (Figura 28). Os que demonstraram maior preocupação são os que oferecem seus serviços na água, “Nossa preocupação é que a água seja balneável, a preocupação número um depois do vento é a qualidade da água” (Participante 3), “O ambiente é a primeira coisa que a gente pensa, a gente quer dar conforto e segurança nessa questão” (Participante 8). A quantidade de doenças relacionada a água é representada significativamente pela maneira com que os recursos hídricos são utilizados e manejados. Um importante indicador de poluição dos recursos hídricos é o fósforo, estando presente nos esgotos, em função da matéria orgânica, detergentes e outros produtos químicos, nas áreas rurais é proveniente, principalmente, do uso de fertilizantes. Uma das principais causas da eutrofização dos recursos hídricos é o enriquecimento em fósforo, podendo prejudicar a utilização da água para fins de abastecimento público (ANA, 2015).

As águas das lagoas são utilizadas para distintas atividades econômicas, entre elas destaca-se o uso para abastecimento, para agricultura, especialmente para irrigação do cultivo de arroz, mas servem ainda como receptor de despejos urbanos. A pesca, o turismo e o lazer também constituem benefícios fornecidos por estes ecossistemas.

Tanto na Lagoa dos Barros, como nas Lagoas da Pinguela, do Palmital e das Malvas, onde há ofertantes de serviços de aventura, não são realizados monitoramentos de balneabilidade pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM). Este monitoramento, nas lagoas de Osório, somente ocorre nos campings das lagoas do Horácio e do Peixoto (Figura 27). Neste último local observou-se a frequente presença de pessoas praticando o *Stand up paddle* e onde também ocorre o Triathlon da Cidade de Osório. Esta competição é realizada pela Federação Gaúcha de Triathlon, em que o atleta desempenha as modalidades esportivas de natação, ciclismo e corrida. A Lagoa do Horácio é a única do município que conta com o serviço de salva-vidas, onde a principal

atividade de lazer é o banho. Nestas lagoas não foi encontrado nenhum ofertante do segmento da aventura.

Figura 27 – Placas indicativas de balneabilidade na Lagoa do Peixoto em Osório: imagem da esquerda, condição imprópria para banho (09/01/2015); imagem da direita, condição própria para banho (26/01/2015).



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

Coforme relatado nas entrevistas, existe uma preocupação para que a água seja balneável, visando garantir a segurança dos clientes. Todavia, nas lagoas onde são desenvolvidos as atividades de aventura não há monitoramento da balneabilidade (Lagoa dos Barros, Lagoa Pinguela-Palmital-Malvas). Questão que deve ser melhor analisada pelos ofertantes pois está diretamente relacionada ao sucesso de seus serviços.

Na Lagoa dos Barros não há delimitação de uso, não há salva-vidas e os órgãos de controle ambiental não monitoram a qualidade da água. A água possui baixa transparência, devido às características de seu sedimento, e a lagoa foi classificada como eutrófica. A Lagoa Pinguela-Palmital-Malvas, também foi classificada como eutrófica, embora, o conjunto apresenta períodos de grande floração de algas. O uso de embarcações maiores é comum nesta lagoa pelo grande tamanho e ligação com outras lagoas maiores ao norte e com o rio Tramandaí por meio de canais que são mantidos dragados.

Figueredo e Schwartz (2012) descrevem que 66,67% dos condutores investigados em sua pesquisa, acreditam que este possui um papel primordial no processo de disseminação das questões ambientais, devendo se preocupar com o meio ambiente e compartilhar seus conhecimentos, contribuindo com a preservação ambiental e a sustentabilidade. Para estes

autores não basta somente os profissionais conduzirem as atividades, precisam estar conscientes de seu compromisso ambiental e se utilizar da experiência na natureza para reforçar os fatores motivacionais que levam os indivíduos à adoção de atitudes e condutas positivas em relação ao ambiente.

Destaca-se nos relatos dos ofertantes em Osório, a pré-disposição da maioria dos clientes para as questões de preservação, pessoas que já possuem certa consciência ambiental. Como descrito por um dos entrevistados, “Normalmente o nosso público, pelo nível sócioeconômico e cultural e por gostar do contato com a natureza, é um pessoal com uma consciência ambiental, fazem as atividades e não precisa nem pedir, no final recolhem tudo e levam o seu lixo” (Participante 4). Resultados semelhantes aos encontrados por Figueredo e Schwartz (2012), onde investigados se mostraram sensíveis às informações referentes a necessidade de não deixar lixo no local das atividades. Este resultado pode ser justificado pelo fato que essas condutas são, frequentemente, divulgadas nas mídias impressa, televisiva e virtual (FIGUEREDO e SCHWARTZ, 2012).

Apesar da maioria dos entrevistados demonstrarem preocupação com as questões ambientais, quando analisados seus relatos, fica expresso um entendimento superficial sobre o tema. A maioria dos dizeres se referem ao recolhimento ou descarte de resíduos, pouco aparecem questões referentes à conservação e preservação dos recursos naturais ou relações harmoniosas entre homem, natureza e demais seres. Tampouco se percebe a delimitação de um limite na utilização dos recursos para as atividades de aventura. Sabendo-se que qualquer atividade econômica em si, interfere no meio ambiente, logo o turismo de aventura também deve ser avaliado.

De acordo com a cartilha sobre orientações básicas da ABETA (2008), o turismo pode gerar interferências positivas ou negativas, a depender da forma como ocorre. Essa deve ser uma preocupação constante para os envolvidos nas operações do turismo de aventura. As interferências positivas podem ser:

- Aumento de investimento para conservação e proteção do ambiente.
- Melhoria das condições ambientais relacionada à infra-estrutura básica.
- Geração de postos de trabalho e alternativas de renda.
- Uso de tecnologias limpas.
- Melhoria da qualidade de vida do lugar.
- Inserção dos habitantes nas atividades.
- Valorização da cultura e identidade local.

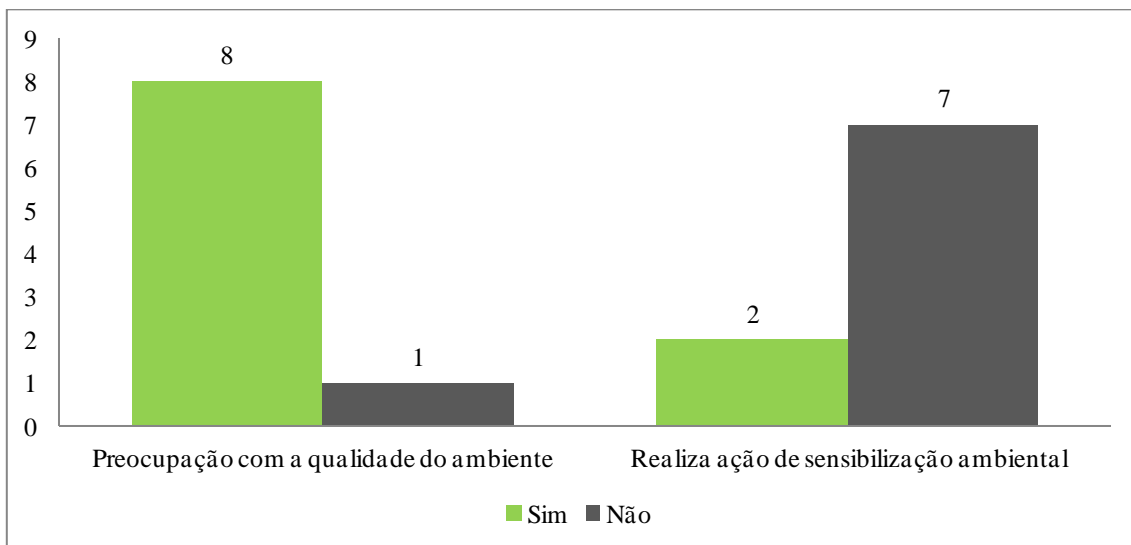
Quanto as interferências negativas, destacam-se:

- Poluição.
- Uso inadequado dos recursos.
- Ocupação desordenada do solo.
- Degradação da paisagem.
- Alteração no comportamento da fauna.
- Deterioração cultural e social das comunidades.
- Excesso de turistas.

(ABETA, 2008, p.38 e 39)

No que se refere as ações de sensibilização ambiental realizadas pelas operadoras especializadas, sete não deixaram claro nenhuma ação voltada para sensibilizar seus clientes (Figura 28). Em sua maioria, justificando que esses já possuem uma consciência ambiental. Outros dois entrevistados relataram realizar atividades de educação ambiental, juntamente com suas práticas de aventura.

Figura 28 – Preocupações com a qualidade ambiental e a realização de ações de sensibilização pelas operadoras de turismo de aventura em Osório, RS.



Fonte: elaborado pelo autor.

A Figura 28 demonstra uma contradição nas falas dos ofertantes. Acredita-se que pessoas preocupadas com a qualidade do ambiente onde realizam suas atividades, devem procurar sensibilizar seus clientes para preservar a qualidade desses locais. No setor turístico, a preservação é fundamental, pois sua matéria prima envolve os recursos naturais e nenhuma atividade turística sobreviverá, se sua base estiver degradada ou em vias de extinção (FERRETI, 2002).

Castilho (2013) alerta para este momento vivido, que demanda reflexões a respeito da responsabilidade dos sujeitos na relação com o outro e dos valores que caracterizam a

contemporaneidade. A interação dos sujeitos com o meio natural, não deve ser vista apenas como possibilidade de riqueza, atendendo às expectativas do império do consumo. Cabe ressaltar que a visão, frente à natureza, dos atores e da sociedade envolvida nesta pesquisa, segue a linha de pensamento herdada de um padrão eurocêntrico. Um modelo totalmente exploratório em sua ambição colonizadora e de progresso a qualquer custo, justificado por um ideal de desenvolvimento social e econômico.

A partir da Revolução Industrial, as cidades se expandiram, concentrando as atividades políticas, comerciais e industriais, gerando riqueza e representando uma oportunidade para setores da população que buscavam melhores condições de vida. Ordenamento que levou a uma valorização de necessidades supérfluas, resultando em um distanciamento das relações entre os seres humanos, e destes para com outros seres da natureza (NEIMAN, 2005). Castilho (2013, p. 51) descreve que “O consumismo tornou-se aquilo que “rege” o mundo e, como não deveria deixar de ser, o mercado apropriou-se disso, definindo a moda e os hábitos das pessoas”. Nesse sentido, não se pode analisar o lazer na natureza como algo alheio a essas transformações, deve-se enfatizar uma visão crítica das práticas lúdicas no ambiente natural (CASTILHO, 2013).

O lazer na natureza está repleto de contradições, especialmente quando associado a conceitos relacionados ao meio ambiente, consciência ecológica e a função que natureza possui. Diante disso, seria interessante otimizar a experiência de contato com a natureza provido das atividades de aventura, para sensibilizar as pessoas sobre as questões ambientais. Devido que experiências significativas podem desencadear reflexões, novas formas de avaliação e revisão de condutas, como o respeito a natureza, a outras culturas e seres (humanos ou não humanos) e o consumo consciente.

4.4.2 Opinião dos ofertantes para o futuro do turismo e dos recursos naturais de Osório

As opiniões sobre o futuro de Osório referente aos recursos naturais ficaram divididas entre visões positivas e negativas, sendo que seis entrevistados acreditam em bom futuro para o município, no que se refere aos aspectos que diferenciam a região, como a presença das lagoas, da montanha e do mar. Também se mostrou positivo a presença do Parque Eólico, gerando *status* de um município que produz energia limpa. Nas visões negativas, três ofertantes não acreditam num bom futuro para os recursos de Osório, citando principalmente os problemas com o esgoto que é lançado, sem tratamento, na lagoa do Marcelino.

Localizada na zona urbana de Osório (Figura 29), a Lagoa do Marcelino recebe esgoto do município sem tratamento, apresentando níveis elevados de poluição e inviabilizando o corpo d'água para qualquer atividade. Antigamente nessa lagoa, localizava-se o Porto Lacustre de Osório, local onde atualmente encontra-se um complexo público de lazer (REICHERT, 2015). Os problemas com a poluição na Lagoa do Marcelino afetam outras lagoas, pois há canais de navegação que interligam as lagoas do Peixoto, da Pinguela-Palmital-Malvas. Corpos hídricos que podem se contaminar, com a poluição da lagoa do Marcelino, pelos canais de navegação, podendo trazer riscos à saúde dos praticantes de atividades na água.

Figura 29 – Imagem aérea da Lagoa do Marcelino e da zona urbana de Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

Quanto à perspectiva para o turismo de aventura no município, as respostas demonstraram serem boas as expectativas. Como descrito nos fragmentos abaixo:

“Acho que o turismo de aventura aqui só vai crescer, Osório está em um ponto estratégico. Não tem como diminuir, só vai crescer.” (Participante 3)

“Acredito que tem espaço para bem mais atividades de turismo, as lagoas estão subutilizadas nesse sentido.” (Participante 4)

“Osório nesse sentido esta explodindo, nessa coisa de usar os recursos para essa parte. Uma quantidade grande de atividades que utilizam o morro, as lagoas e o vento, unindo isso você consegue ter uma boa perspectiva de futuro. Osório está se tornando referência por parte de ensino de vôo livre e várias outras modalidades.” (Participante 5)

“As atividades que a região proporciona têm condições espetaculares.” (Participante 7)

“O turismo de aventura em Osório e na região tem muita condição natural para atrair esse turista.” (Participante 8)

Segundo relatos dos ofertantes, o segmento está crescendo no município. Corroborando que a região possui condições geográficas propícias para as atividades de aventura. Porém, não se percebe um planejamento, nem organização para este crescimento, se desenvolvendo de forma desorganizada. As atividades ocorrem devido a condições naturais disponíveis na região, o que demonstra uma vocação natural do município para esse segmento turístico, preocupação exposta por um dos pesquisados que relatou não haver critérios de planejamento para que o turismo de aventura possa se desenvolver.

Quando perguntado se a região poderia se tornar um destino de Turismo de Natureza, as respostas, em sua maioria, também foram de boas expectativas.

“Deve acontecer nos próximos anos, estamos trabalhando para isso.” (Participante 2)

“Se tornar não, já é!” (Participante 3)

“Estamos muito perto da Grande Porto Alegre. Osório está inserido num contexto de um grande pólo, e as pessoas estão ávidas por natureza.” (Participante 4)

“A cidade de Osório é muito rica e inexplorada nesse sentido [...]” (Participante 7)

“Acho que tem total potencial é só receber apoio.” (Participante 8)

Nos relatos apresentados, tanto nas perspectivas para o turismo de aventura, como para a região se tornar um destino de Turismo de Natureza, percebe-se uma relação afetuosa dos operadores com o local. Identifica-se um entusiasmo pelas atividades de aventura e pelo potencial que o município possui para desenvolvê-las. Todavia, os ofertantes não demonstram preocupação com a capacidade desses recursos para receber os visitantes. Uma vez massificadas as atividades turísticas, a vocação da região pode ser destruída e acabar com os locais que, naturalmente, tem atraído turistas que buscam a aventura.

Finalizando as entrevistas, se questionou o que precisa ser feito para que o município se torne um destino de Turismo de Aventura e de Natureza. Algumas visões representadas nos trechos:

“Para transformar Osório em um centro de turismo de aventura tem que haver um interesse de todas as partes. Tanto do município, quanto do Estado, quanto das empresas.” (Participante 2)

“Os recursos já existem, as empresas já existem as atividades já estão aí, o que falta é organizar.” (Participante 3)

“Precisa canalizar, trazer gente competente e trabalhar essa questão. Para que possa se desenvolver com planejamento de médio a longo prazo, com o mínimo impacto. Com empresas sérias, pessoas que façam aventura com segurança, buscar talvez o apoio da ABETA, para trazer algumas empresas ou fazer consultoria, e apoio do poder público.” (Participante 4)

“Visualizar quais são os potenciais do município. Melhorar alguns acessos e estruturas, principalmente a parte de hospedagem. Vai muito do poder público fazer, deveria ser mais bem divulgado, e ter investimento maior para o turista ficar no município.” (Participante 5)

“O poder público apoiar nessa parte e ter visão para isso. Investir nisso, eles gastam em tanta coisa, porque não podem investir nisso. Osório tem potencial, se investir vai dar certo.” (Participante 8)

Nos relatos destacam-se questões importantes para o desenvolvimento turístico, no que se refere a: organização, interesses incomum, planejamento de médio a longo prazo, apoio do poder público, melhoria nos serviços turísticos de apoio e divulgação. Essas questões são pertinentes, quando se almeja um desenvolvimento turístico para o município de Osório. Além do discurso, cabe aos ofertantes estar ciente de suas responsabilidades nesses processos, fazendo parte do planejamento e o colocando em prática.

4.5 OSÓRIO COMO DESTINO DE TURISMO DE AVENTURA

Com os levantamentos feitos neste estudo encontraram-se características que demonstram uma vocação natural do município para o turismo de aventura. A região dispõe de uma diversidade de recursos naturais favoráveis ao desenvolvimento do Turismo de Natureza e a prática de atividades de aventura. Osório possui um dos maiores complexos lagunares do Brasil, com um total de 23 lagoas, 40,78% do seu território. Além disso, o município destaca-se pela presença de outros recursos naturais como as praias litorâneas de Atlântida Sul e Mariápolis, e o Morro da Borússia, encosta da Serra Geral (Figura 30). Em Osório, é possível passear pelos morros da serra, observar aves nos entornos das lagoas e desfrutar de um banho de mar, tudo em um único dia.

Figura 30 – Imagem aérea da região, onde se pode observar a Serra Geral, o complexo lagunar e o Oceano Atlântico, Litoral Norte do Rio Grande do Sul.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

O local, também conta com a presença marcante do vento, elemento que viabilizou a construção de um Complexo de Energia Eólica (Figura 31) e possibilita a prática de 60% das modalidades de aventura encontradas neste estudo.

Figura 31 – Imagem aérea do Complexo de Energia Eólica, Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

As paisagens naturais da região são singulares, com as elevações da Serra Geral e complexo de lagoas, demonstrado na Figura 32. Além das modalidades de vôo livre, que utilizam as rampas existentes nas encostas dos morros de Osório, neste estudo, não encontrou-

se outros serviços do segmento da aventura nas partes elevadas do município. Conhecido como Morro da Borússia, o local recebe um grande fluxo de pessoas que buscam serviços de gastronomia e, em menor quantidade, de hospedagem. No morro, também identificou-se um crescente número de praticantes do *Mountain Bike*, mas há pouca oferta de serviços vinculados a atividade.

Figura 32 – Encosta da Serra Geral e Lagoa da Pinguela, um exemplo das paisagens naturais encontradas no município de Osório, RS.



Fonte: Arquivo fotográfico do Projeto Lagoas Costeiras 3.

Outra característica marcante de Osório é sua posição geográfica. Localizada a cerca de 90 km da capital do estado, Porto Alegre, a região possui vias de acesso de qualidade o que facilita o deslocamento até o local. As principais rodovias (Figura 33) que levam a Osório são: BR 290 conhecida como *freeway* ligando a cidade a Porto Alegre; BR 101 interligando a região com o estado de Santa Catarina; RS 389 conhecida como Estrada do Mar, facilita o acesso as praias do litoral norte Gaúcho; RS 030 ligando a cidade vizinha Tramandaí; RS 101 levando ao Litoral Médio Gaúcho.

Para Reichert (2015) as facilidades de acesso ao município de Osório são essenciais ao desenvolvimento turístico, porém, a região carece de ações que visem à permanência do turista. Como ações de *marketing*, apresentando os recursos naturais do município e seu potencial para práticas de aventura e de Turismo de Natureza. O turismo de aventura é um sector altamente diversificado, com muitas atividades diferentes atendendo diversos mercados ou indivíduos, as atividades que exigem um alto nível de habilidades são melhores comercializadas em mídias especializadas (SCHLEGELMILCH; OLLENBURG, 2013). A maior parte dos serviços do segmento da aventura em Osório são modalidades que exigem

verão, é comum encontrar em Osório pessoas e veículos vindos destes países, parando para descansar ou pernoitar na cidade, antes de seguir a viagem.

Osório é historicamente um local de passagem. Denominado anteriormente por Estância da Serra e posteriormente por Conceição do Arroio, era conhecido pelos bandeirantes que desciam ao sul do Brasil em busca de gado. Em 1773, o vilarejo Conceição do Arroio foi povoado oficialmente por casais açorianos. Em 1921, tornou-se ponto de referência na rota para o norte do país, e entrada para o estado, tornando-se centro comercial da região (PLANTUR, 2011).

Durante a primeira metade do século XX, havia uma importante rota de navegação comercial e de transporte nas lagoas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Figura 34). De acordo com Silva (2014) a partir de 1914 o governo do Estado passou a apoiar a navegação comercial, antes ocorrendo de forma privada. O governo melhorou a infraestrutura existente, aumentando a quantidade de embarcações, criando novos portos e construindo uma via férrea de Osório a Palmares do Sul.

Silva (2014) explica que a rede de lagoas era nomeada de Malvas, e incluía as Lagoas da Itapeva, dos Quadros, do Palmital, da Pinguela, do Peixoto e do Marcelino. Completando essa comunicação, uma estrada de ferro ligava Osório a Palmares do Sul e, novamente por hidroviária seguia pelo Rio Palmares, Laguna dos Patos e Lago Guaíba, chegando a capital Porto Alegre.

Figura 34 – Antigo porto lacustre da Lagoa do Marcelino, Osório, RS.



Fonte: arquivo histórico municipal de Osório.

Toda as atividades exigiam do governo estadual muitos gastos, com dragagens dos canais, compras e melhorias mecânicas nos meios de transporte, tanto na navegação como da via férrea, gastos com empregados, entre outros. Ao mesmo tempo, houve um aumento crescente da produção agrícola por toda a costa da Serra e margens das lagoas, assim como grande fluxo de passageiros rumo a Capital (SILVA, 2014). Os transportes trouxeram prosperidade para as comunidades da região. Osório, devido a sua posição geográfica, tornou-se um centro onde mercadorias e pessoas precisavam passar rumo a Capital, ou para voltar dela.

A década de cinquenta foi um período de decadência para navegação lacustre na região, devido aos elevados custos das operações. Com a melhoria das rodovias e o estímulo à política nacional do petróleo, através da Petrobrás, e o incentivo a indústria automobilística nacional, a navegação foi desativada oficialmente em 1958 (SILVA, 2014).

Reichert (2015) em entrevista com o Secretário de Desenvolvimento e Turismo de Osório, dispõe que os principais projetos turísticos correspondem a criação de rotas, retomando a navegação lacustre, a partir do desassoreamento dos canais de ligação entre as lagoas, possibilitando passeios turísticos.

Com esta pesquisa, acredita-se no potencial dessas rotas hidroviárias, porém, criando roteiros alternativos. Pois com o desassoreamento dos canais e o aumento do fluxo de embarcações pode-se causar interferências negativas ao meio ambiente. Uma proposta, seria organizar roteiros utilizando caique e/ou *Stand up paddle*, modalidades que deslocam-se pelos canais com facilidade, causando interferências menos significativas que embarcações motorizadas, sem a necessidade de desassoreamento. Além dos canais de acesso as lagoas do Norte do litoral, há rotas que também possuem ligação com o rio Tramandaí por meio de canais que seguem ao Oceano ou ao Litoral Médio. O antigo caminho do trêm, de Osório a Palmares do Sul, também é uma potencial rota a ser explorada pelo segmento da aventura, realizando o roteiro através de caminhadas ou passeios ciclísticos. Propostas que devem vincular-se com os fatos históricos ocorridos na região.

De acordo com as Orientações Básicas para turismo de aventura proposta pela ABETA (2008), o segmento requer um processo sistemático de planejamento na busca pela qualidade. Para que se possa apontar a viabilidade de uma região para esse segmento turístico, faz-se necessário identificar os recursos (naturais e construídos) como potenciais recursos próprios para as atividades de aventura. Para isso, deve-se conhecer em que consiste essas práticas, para então verificar quais atividades os recursos disponíveis são adequados (ABETA, 2008).

Para ABETA (2008, p.31) “Tais informações permitem avaliar a vocação da região para determinadas atividades e, conseqüentemente, para o Turismo de Aventura.” Vocação expressa, além da existência dos recursos, pela disponibilidade de estruturas e serviços turísticos e de apoio. Segundo o contexto encontrado nas entrevistas desse estudo e na identificação dos recursos existentes no município de Osório, acredita-se que a região possui recursos naturais viáveis para o segmento. Tanto, que já existem ofertantes para uma ampla gama de modalidades de aventura. Porém, no que se refere ao serviços turísticos de apoio, como hospedagem, alimentação, recepção e outros, o município mostrou-se carente e insuficiente para a demanda atual.

De acordo com Reichert (2015), a comunidade de Osório ainda não despertou para o turismo, não acolhendo o turista de forma adequada. Estes devem receber atenção especial no planejamento turístico. Cursos de sensibilização e educação para o turismo, aliado ao planejamento participativo podem trazer benefícios ao setor. No que se refere ao poder público, as principais ações de fomento ao turismo nas lagoas de Osório são o apoio a competições esportivas e o livre acesso aos campings municipais, situados na Lagoa do Peixoto e Lagoa do Horácio (REICHERT, 2015).

Como descrito no Plano Diretor (OSÓRIO, 2006), é objetivo da gestão pública consolidar o município como um centro turístico, garantir a oferta e qualidade na infraestrutura de serviços e de informação ao turista, além de, aumentar e manter o índice de permanência do turista no município. Passados dez anos da publicação do Plano Diretor, a imagem do município ainda é de um local de passagem e com infraestrutura turística insuficiente para a demanda existente.

Osório, apesar de não possuir uma elevada quantidade de ofertantes, possui uma variedade de modalidades do turismo de aventura, principalmente nas relacionadas a água e ao vento. A vocação do município para os segmentos da aventura ficaram evidentes nesse estudo, como foi descrito pelo entrevistado “[...] o turismo de aventura só vai crescer, Osório está em um ponto estratégico” (Participante 3). Todavia, carece de uma organização dos empresários, do governo e da comunidade local, para que haja um planejamento turístico integrado, visando preservar os recursos naturais e culturais, e trazendo benefícios a todos os envolvidos.

Trabalhar a imagem do município como um local de turismo de aventura e de Natureza, por meio de um planejamento adequado de *marketing*, pode ser o caminho para consolidar a região como um destino turístico. Esta consolidação como destino pode ser alcançada, utilizando o lazer para aguçar as sensibilidades estética, ética, social e ecológica e

estimulando a reflexão sobre as particularidades que marcam o município. Osório pode se tornar um local que preza pelo contato com a natureza pela aventura, desenvolvendo um turismo que preza pela qualidade de vida de sua população e visitantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localização de Osório não está somente favorecida por sua geografia, mas pela malha viária que permite a ligação do município com diversas outras localidades, além da proximidade com a capital do estado. A diversidade de atividades oferecidas em um único município, envolvendo os elementos água, ar e terra demonstra avocação de Osório para o turismo de aventura. Segmento este, que pode se desenvolver contribuindo na formação de uma imagem turística da região, potencializando a divulgação do local e permanência dos visitantes. No entanto, para contribuir, efetivamente, com o desenvolvimento turístico do município, as atividades necessitam ser planejadas e monitoradas, integrando os atores na conservação dos recursos naturais, seu principal atrativo. Uma proposta seria almejar a comunicação e a cooperação entre esses envolvidos, para que todos sejam beneficiados pelas práticas turísticas, assim como, responsáveis pela conservação dos ecossistemas, os quais abrigam uma grande diversidade biológica.

Apesar da localização privilegiada e da riqueza paisagística, é dada pouca relevância às lagoas quanto ao real serviço que estes ecossistemas propiciam à comunidade e aos visitantes da região. Aliado às atividades de aventura, acredita-se na oportunidade de desenvolver projetos que atuem como um meio de conscientização ambiental, tanto para comunidade local quanto para os visitantes.

Ressalta-se que, para a consolidação de Osório como um destino de turismo de aventura, é necessário planejamento, monitoramento e adequação contínua das atividades. Com uma gestão eficaz, que integre todos os interessados no desenvolvimento do turismo, a região pode vir a se consolidar como um local de referência para o aprendizado e prática de atividades como *Kitesurf*, *Stand up paddle*, *Velejo*, *Windsurf*, *Canoagem*, *Planador*, *Paraglider*, *Paramotor* e *Asa Delta*. Todavia, é fundamental a cooperação entre os empresários do segmento, o setor público e a comunidade local.

O presente estudo contribuiu com informações sobre o segmento da aventura em Osório, nesse sentido, acredita-se, ter atingido seus objetivos ao apresentar as características dos empreendimentos, as modalidades ofertadas e os locais onde são oferecidos os serviços de aventura no município. A partir desta pesquisa, pode-se sugerir estudos adicionais que corroborem com o desenvolvimento do turismo, como, por exemplo, pesquisas voltadas aos visitantes e comunidade local e sua percepção quanto ao turismo no município.

Osório possui características geográficas e paisagísticas que poderiam tornar o local, não somente o "município dos bons ventos", como também um destino turístico de contato com a natureza, priorizando a qualidade de vida por meio do lazer somado ao esporte, saúde e aventura.

6. REFERÊNCIAS

- ABETA. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- _____. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**. Belo Horizonte: Ministério do Turismo, 2009.
- _____. **Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil**. São Paulo: Ministério do Turismo, 2010.
- _____. **Relatório de Impactos do Programa Aventura Segura**. Belo Horizonte: Ministério do Turismo, 2011.
- AMARAL, M.I.C. Importância da cooperação e das redes no desenvolvimento do turismo: o caso do Baixo Alentejo (Portugal). **Tourism and Hospitality International Journal**, v.2 (1), p.56-72, 2014.
- ANA. **Conjuntura dos recursos hídricos: informe 2015** / Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2015. 88 p.
- ARAÚJO, D. S. M. S. ARAÚJO, C. G. S. Aptidão física, saúde e qualidade de vida relacionada à saúde em adultos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 6, Nº 5 – Set/Out, 2000.
- BANDEIRA, M. M. RIBEIRO O. C. F. Sobre os profissionais da aventura: problemas da atuação na interface esporte e turismo. **Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.3, set. 2015
- BAZOTTI, L. Cronologia do Turismo de Aventura no Estado do Rio Grande do Sul. **Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul, vol. VII, nov. 2012.
- BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: BRUHNS, H. T.; MARINHO, A. (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003. p. 157-202.
- BOULLÓN, R. C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BRANDÃO, L. Esportes de ação: notas para um estudo acadêmico. **Revista Brasileira de Ciências do. Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 59-73, 2010.
- BRUHNS, H. T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: BRUHNS, H.T.; MARINHO, A. (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003.
- CARVALHO, R. G. A. DECOL, F. GIL, L. F. LANZER, R. M. Um estudo sobre as atividades turísticas em seis ilhas brasileiras. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 10(1), p. 173-188, jan./abr. 2016.
- CASTILHO, C. T. **Lazer na natureza e atuação profissional: discursos e práticas contemporâneas**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2013.

- DALE, P. Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem? In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- DIAS, C. A. G.; ALVES JÚNIOR, E. D. Notas conceituais sobre esportes na natureza. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 12, p. 114, 2007.
- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.
- FIGUEIREDO, J. P. SCHWARTZ G. M. Atitude e comportamento pró-ambiental de condutores de atividades de aventura. **Estudos de Psicologia**. UFRN, Natal. 2012.
- FUJIMOTO, N. S. V. M. STROHAECKER, T. M. GRUBER N. L. S. KUNST, A. V. FERREIRA, A. H. Litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: indicadores socioeconômicos e principais problemas ambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 13, p. 99-124, jan./jun. 2006.
- GODBEY, G. **Outdoor Recreation, Health, and Wellness**. Washington, Resources for the Future. May 2009.
- GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.
- GOUVEIA, L.A. GOSLING, M. COELHO, M.F. PEREIRA, G.A. Fatores que influenciam a intenção de compra de viagens de ecoturismo e turismo de aventura. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.3, p.551-575, ago/out 2014.
- GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. R. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v.15, n.3, p.19-39, 2012.
- HASENACK, H.; FERRARO, L. W. Considerações sobre o clima da região de Tramandaí. **Pesquisas em Geociências (UFRGS. Impresso)**, Porto Alegre, v. 22, p. 53-70, 1989
- IBGE. **Rio Grande do Sul – Osório**. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/FC8>>. Acesso em: 13 jul. 2016.
- KORMONDY, E. J. BROWN, D. E. **Ecologia humana**. Tradução para português - São Paulo: Atheneu Editora, 2002.
- LANZER, R. M. RAMOS, B. V. C. MARCHETT, C. A. Impactos ambientais do turismo em lagoas costeiras do Rio Grande do Sul. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.134-149, abr. 2013.
- LANZER, R. Toxicidade Ambiental. In: LANZER, R. SHÄFER, A. JAHN, M. P. **Recursos Hídricos e Toxicologia**. Caxias do Sul, RS: EDUCS. 2013. 145 p.

- LAVOURA, T. N. SCHWARTZ, G. M. MACHADO, A. A. Aspectos emocionais da prática de atividades de aventura na natureza: a (re)educação dos sentidos. **Revista brasileira de Educação Física**. Esp., São Paulo, v.22, n.2, p.119-27, abr./jun. 2008.
- LEE, T. H. HSIEH, H. P. Indicators of sustainable tourism: A case study from a Taiwan's wetland. **Ecological Indicators**. n. 67, p. 779–787, 2016.
- LIMA, N.R. PINHEIRO, G.M. MENDONÇA, F. Clima urbano no Brasil: análise e contribuição da metodologia de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. **Revista Geonorte**, Edição Especial 2, vol. 2, nº 5, p.626-638 , 2012.
- LOPES, F. W. A.; CARVALHO, A.; MAGALHÃES Jr, A.P. Levantamento e avaliação dos impactos ambientais em áreas de uso recreacional das águas na bacia do Alto Rio das Velhas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.177-190 ago. 2011.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Humanização**. Campinas, SP: Papyrus, 7ª ed. 2003.
- MARINHO, A. Lazer, Aventura e Risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 14, n. 02, p. 181-206, maio/agosto de 2008.
- MARKLE, W. H. FISHER, M. A. SMEGO, R. A. **Compreendendo a Saúde Global**. 2 ed. Porto Alegre. Editora Ltda, 2015.
- MILLER, G. T. **Ciência Ambiental**. 11 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Náutico**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010 p 72.
- MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- NEIMAN, Z. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- NEIMAN, Z. Reflexos da Modernidade. In: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri, SP: Manole, 2002.
- OSÓRIO. **Atrativos Turísticos**. Disponível em <<http://www.osorio.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- OSÓRIO. Prefeitura Municipal. **Plano ambiental municipal**. Osório, 2006. Disponível em: <<http://www.osorio.rs.gov.br/sites/9100/9172/PDirAmbOsorio.PDF>>. Acesso em: 23 mar. 2015.
- PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. 5.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- PIMENTEL, A. VIOLENTO, A. RODRIGUES, C.G. JULIÃO, D.P. JUER, E. LOHMANN, J.B. Empreendedorismo e formalização de atividades de turismo em ambientes naturais.

Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica, Rio de Janeiro, vol. VII, nº4, mar. 2013.

PIMENTEL, G. G. A. Esportes na Natureza e Atividades de Aventura: uma terminologia aporética. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 687-700, jul./set. 2013.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002. 272 p.

PLANTUR. **Relatório do estudo diagnóstico e prognóstico da oferta turística de Osório**. Contratação: CEO - Centro Empresarial de Osório. Rio Grande do Sul. 87 p. 2011.

PRISKIN, J. Assessment of natural resources for nature-based tourism: the case of the Central Coast Region of Western Australia. **Tourism Management**. 22, p. 637–648. 2001.

REICHERT, L. **Análise do potencial turístico das lagoas costeiras de Osório, Rio Grande do Sul**. 2015. 147 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2015.

REICHERT, L. LANZER, R. O desenvolvimento turístico sustentável em lagoas costeiras do município de Osório, Rio Grande do Sul / Brasil: características e especificidades destes recursos naturais. **Revista Turismo y Desarrollo Local**, v. 8, nº 18, jun. 2015.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SANTANA, P. **Introdução à Geografia da Saúde: território, saúde e bem-estar**. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2014. 206 p.

SCHLEGELMILCH, F. OLLENBURG, C. Marketing the adventure: utilizing the aspects of risk/fear/thrill to target the youth traveller segment. **Tourism Review**. v. 68 nº 3, p. 44-54, 2013.

SILVA, M. D. S. M. **Modelos de formação em turismo e desporto de natureza: estudo de caso do Canyoning**. 2010. 124 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril, 2010.

SILVA, M. R. **Navegação Lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: Luzzatto Editores, 2014.

SPINELLI, M. V. P. CARVALHO, R. M. C. M. O. SILVA, H. P. BRANDÃO, S. S. F. FRUTUOSO, N. M. A. Estudo sustentável da capacidade de carga antrópica e a sua influência no ponto de equilíbrio da resiliência ambiental. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 09, n. 01, p. 185-199, 2016.

SPINK, M. J. P.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da Exacerbação dos Sentidos no Encontro com a Natureza: Contrastando Esportes Radicais e Turismo de Aventura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. São Paulo, v.18, n.1, p. 26-38, 2005.

STROPPER, M. T. D. **Inflexão das ONGs ambientalistas após 1990: Um estudo sobre a atuação das ONGs no caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte**. 2014. 220 p. Tese (Doutorado)

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

SWARBROOKE, J. et al. **Turismo de aventura:** conceitos e estudos de casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais.** Barueri: Manole, 2001.

UVINHA, R. R. Tendências para o turismo no cenário nacional. In: UVINHA, Ricardo Ricci (Org.). **Turismo de Aventura:** reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005. p. 269-300.

UVINHA, R. R. Viagens de aventura: o turismo e os esportes radicais. In: DIAS, Cleber Augusto Gonçalves; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond (Org.). **Em busca da aventura:** múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OFERTANTES DE TURISMO DE AVENTURA EM OSÓRIO – RS

Pesquisador: Mestrando Lucas Fruet Gil

Orientador: Dr. Prof.^a Rosane Maria Lanzer

Perfil do Entrevistado

1. Idade:
2. Sexo: Masculino () Feminino ()
3. Formação (nível e área):
4. Qual sua função na empresa?
5. Quanto tempo você atua nesta área? É sua única ocupação?
6. Por que escolheu trabalhar nesta área?

Dados da Empresa, Clube ou Associação

7. Localização:
8. Tipo de infra-estrutura:
9. Tempo de existência:
10. Número de pessoas envolvidas:
11. Quais atividades vocês desenvolvem no município de Osório?
12. Onde são desenvolvidas essas atividades?
13. Quais meios de divulgação vocês utilizam?
14. Vocês realizam eventos esportivos ou recreativos?
15. Você conhece o processo de certificação e normatização para o Turismo de Aventura?
16. Quais medidas de segurança vocês utilizam?
17. Como você classificaria o risco das atividades oferecidas? Qual preferência dos praticantes?
Risco: ()baixo ()moderado ()alto
18. Qual sua opinião sobre o constante processo tecnológico dos equipamentos?
19. Tem conhecimento de outras empresas, clubes ou associações que desenvolvem atividades de aventura em Osório? Se sim, onde elas se localizam?
20. Há alguma cooperação com outros representantes do segmento?
21. Existe algum incentivo público ou privado para o desenvolvimento do Turismo de Aventura no município?

Perfil do usuário

22. As pessoas que procuram seu serviço são:

Solteiros () Casais () Famílias () Grupos ()

23. Qual a procedência das pessoas que procuram seus serviços?

24. Existem períodos do ano com maior procura? Quais?

25. As pessoas se hospedam na cidade de Osório?

26. Você saberia identificar qual a motivação pela procura dos seus serviços?

27. Qual o número aproximado de pessoas atendidas por ano?

28. Você percebe um crescimento no Turismo de Aventura no município?

Sensibilização ambiental

29. Você se preocupa com a qualidade do ambiente onde são realizadas as atividades?

30. Sua empresa, clube ou associação realiza alguma ação de sensibilização ambiental? Se a resposta for sim, qual ação?

Município de Osório

31. Qual sua visão para o futuro de Osório referente aos recursos naturais?

32. Na sua opinião, qual a perspectiva do Turismo de Aventura no município?

33. Osório poderia se tornar um destino de Turismo de Natureza?

34. O que faltaria para isso acontecer?